



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2026.

SAAE DE SANTA CRUZ, inscrita no CNPJ sob o nº 08.520.389/0001-08, localizada à Av. Rio Branco, nº 609, Centro, Santa Cruz/RN, por meio do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, a se processar de forma eletrônica, do tipo **MENOR VALOR POR LOTE**, objetivando o Registro de preços para futura e parcelada aquisição de conexões para atendimento às necessidades produtivas do SAAE Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Santa Cruz/RN, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 2060/2023 e demais determinações legais regulamentares vigentes aplicáveis à presente licitação, devendo ser observadas as seguintes disposições:

INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 10h00min do dia 28 de abril de 2026.

LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 08h00min do dia 11 de maio de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h20min do dia 11 de maio de 2026.

ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h30min do dia 11 de maio de 2026.

LOCAL/SITE: www.portaldecompraspublicas.com.br.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia, a partir do dia **28 de abril de 2026**, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, na sede da SAAE de Santa Cruz, situada à Av. Rio Branco, nº 609, Centro, Santa Cruz/RN, no horário das 08h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou retirado no site www.santacruz.rn.gov.br – Portal da Transparência – Licitações ou através do e-mail saaesantacruzrn.licitacoes@gmail.com.

FORMALIZAÇÃO DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS: Pedidos de esclarecimento e/ou encaminhamentos poderão ser dirigidos diretamente ao Pregoeira, na sede da SAAE de Santa Cruz, situada à Av. Rio Branco, 609, Centro, Santa Cruz/RN, no horário das 08h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, ou através do Portal www.portaldecompraspublicas.com.br.

PREGOEIRA: ULIANA PINTO DE ASSIS CRISANTO.

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente contratação direta é o Registro de preços para futura e parcelada aquisição de conexões para atendimento às necessidades produtivas do SAAE Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Santa Cruz/RN.

2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura

2.1. O critério de julgamento será por MENOR VALOR POR LOTE.

2.2. O modo de disputa será ABERTO.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:

3.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no OGM – Orçamento Geral do SAAE para o presente exercício e exercícios subsequentes. Por se tratar de contratação para registro de preços não é necessário indicar detalhadamente a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento equivalente.

4. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL:

4.1. O presente Edital encontra-se disponível para consulta e retirada de cópia no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, na sede da SAAE de Santa Cruz, situada à Av. Rio Branco, nº 609, Centro, Santa Cruz/RN, no horário das 08h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou retirado no site www.santacruz.rn.gov.br – Portal da Transparência – Licitações ou através do e-mail saaesantacruzrn.licitacoes@gmail.com.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital por irregularidade na aplicação da Lei de Licitações ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

5.2. A impugnação ao Edital deverá ser protocolada na sede da SAAE de Santa Cruz, no Setor de Licitações, Contratos e Compras, à Av. Rio Branco, nº 609, Centro, Santa Cruz/RN, no horário das 08h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis; ou através do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial do Município de Santa Cruz/RN e na Plataforma de Compras Públicas, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, consoante preceitua o parágrafo único, do Art. 164, da Lei nº 14.133/2021.

5.4. Compete ao interessado fazer um minucioso exame do Edital, seus Anexos e documentação correspondente, de modo a poder apresentar, por escrito, todas as divergências, dúvidas ou erros porventura encontrados, para a devida correção ou esclarecimentos, até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, conforme disposição elencada no Art. 164, da Lei nº 14.133/2021.

5.5. Os pedidos de esclarecimento e/ou encaminhamentos poderão ser dirigidos diretamente ao Pregoeira, na sede da SAAE de Santa Cruz, situada à Av. Rio Branco, 40, Centro, Santa Cruz/RN, no horário das 08h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, ou através do Portal www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.6. O Setor de Licitações, Contratos e Compras responderá as questões pertinentes que lhe forem formuladas, disponibilizando as questões com as respectivas respostas no sítio eletrônico oficial do Município de Santa Cruz/RN e na Plataforma de Compras Públicas, devendo os licitantes e interessados habilitarem-se no campo “ENVIE-ME NOTIFICAÇÃO”, constante no Portal de Compras, para receber, simultaneamente, as questões formuladas e as respectivas respostas.

5.7. A impugnação interposta em desacordo com as condições deste Edital e seus Anexos não será conhecida.



5.8. O pedido de esclarecimento requestado em desacordo com as condições deste Edital e seus Anexos não será respondido.

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO:

6.1. O planejamento operacional da execução de todo objeto constitui-se obrigação do FORNECEDOR, o qual se responsabilizará por todos os insumos necessários à execução, tais como: aquisições, contratações de mão de obra, licenças, sinalizações, equipamentos, softwares e hardwares, instalações, transporte, conforme o caso.

6.2. Conforme o caso, aplicam-se à execução do objeto contratado as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, assim como as determinações do ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE e da legislação pertinente.

6.3. Conforme o caso, configura-se como de total responsabilidade do FORNECEDOR a qualidade dos materiais fornecidos e/ou serviços executados, inclusive a promoção de readequações, na forma da Lei, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto pretendido.

7. DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO PROCESSO ELETRÔNICO:

7.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Portal: www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.2. Para ter acesso ao Sistema Eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao Portal: www.portaldecompraspublicas.com.br, também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame na forma eletrônica.

7.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.5. No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do Sistema Eletrônico devem ser realizados pela empresa líder do consórcio.

8. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:

8.1. Poderá participar desta licitação qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no país, que atenda às exigências deste Edital e seus Anexos, que esteja devidamente credenciada, munida de chave de identificação e de senha, cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que satisfaçam as condições deste Edital.

8.2. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
- b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14, da Lei nº 14.133/2021;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

- d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- f) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- g) Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio celebrado por mais de três empresas;
- h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- i) Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único, do Art. 12, da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017); e/ou
- j) Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no Art. 10, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

8.3. Nos termos do Art. 5º, do Decreto Federal nº 9.507/2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar:

- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

8.4. Para os fins do disposto no “subitem 8.3” acima, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, Art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e Art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).

8.5. Nos termos do Art. 7º, do Decreto nº 7.203/2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança da SAAE de Santa Cruz.

8.6. É proibida a participação de interessado que já esteja contratado para serviços de assistência a fiscalização e gerenciamento de obras da SAAE de Santa Cruz, se o objeto da presente licitação estiver entre os contratos a serem fiscalizados ou gerenciados.

8.7. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

ATENÇÃO: 8.8. Conforme o preceito legal estabelecido no Art. 49, III, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, não se aplica os benefícios do tratamento diferenciado disposto às microempresas e empresas de pequeno porte nos artigos 47 e 48 da referida Lei, quando “o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado”. Em que se pese a exigência da aplicação do regramento jurídico no que tange as benefícios conferidas às ME’s e EPP’s, denota-se que há a dispensa da aplicação do disposto nos artigos 47 e 48 da LC nº 123/2006, na situação de exceção acima descrita. Denota-se, pois, que deve prevalecer a inaplicabilidade do tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte quando não for vantajoso para a Administração Pública, ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Neste contexto, o “princípio da padronização”, insculpido no Art. 40, V da Lei nº 14.133/2021, deverá ser observado pela Administração, com o fito de compatibilizar especificações técnicas e de desempenho do objeto demandado. Tal princípio visa a



propiciar à Administração uma consecução mais econômica e vantajosa de seus fins, servindo como instrumento de racionalização da atividade administrativa, com redução de custos e otimização da aplicação de recursos. Também se verifica que a padronização elimina variações tanto no tocante à seleção de serviços/produtos no momento da contratação, como também no que se refere à logística de execução. Destarte, conferir, no caso específico (serviços de locação de estrutura para eventos), o tratamento diferenciado às microempresas, empresas de porte e equiparados mediante o estabelecimento de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto, se configura como desvantagem para a Administração ora objetivamente demonstrada, haja vista a possibilidade da oferta de serviços com respectivos equipamentos a serem disponibilizados por diferentes fornecedores, o que sobremaneira levaria a consecução contratual do objeto com qualidade e padronização distintas e incompatíveis entre si. Assim, os motivos ora expostos se configuram como suficientes para possibilitar o afastamento da divisão de cotas destinadas exclusivamente às microempresas, empresas de porte e equiparados, sobremaneira caracterizando não ser vantajoso para a administração pública a aplicação do prefalado benefício. Ressalte-se que os demais benefícios esculpidos pela LC nº 123/2006 às ME's, EPP's e equiparados, deverão ser estritamente observados e concedidos no decurso do presente processo de licitação.

9. DA DISPUTA E DA CONDUÇÃO DO CERTAME:

9.1. A licitação será conduzida pela Pregoeira devidamente nomeado pela Autoridade Competente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no seguinte endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

9.2. A operacionalidade do Sistema se fará por meio do Portal de Compras Públicas, através do sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, junto ao qual os proponentes deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

9.3. O Portal de Compras Públicas se destina especificamente a realização da fase de disputa de preços, enquanto as publicações referentes a condução do processo de licitação devem ser acompanhadas através do site e/ou imprensa oficial da SAAE de Santa Cruz, conforme o caso.

9.4. A participação na licitação, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado junto ao www.portaldecompraspublicas.com.br, e subsequente encaminhamento da Proposta, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

9.5. O encaminhamento da Proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua Proposta e seus lances.

9.6. Caberá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do certame, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema Eletrônico ou de sua desconexão.

9.7. Se ocorrer a desconexão da Pregoeira, responsável pela condução do certame, no decorrer da etapa de lances, e o Sistema Eletrônico permanecer acessível aos licitantes, de forma que os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.8. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do certame eletrônico



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura

será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa da Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

9.9. Quando a desconexão representar uma efetiva e irreparável ruptura no certame, ou quando, após uma desconexão superior a 10 (dez) minutos, não se retomar, em prazo razoável, o processo de formulação de lances, a sessão do certame eletrônico será definitivamente interrompida, o que acarretará, consequentemente, a renovação do procedimento, inclusive com nova publicação do aviso.

9.10. No caso de desconexão, cada licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao Sistema Eletrônico.

9.11. A abertura da sessão pública deste certame eletrônico, conduzida pela Pregoeira, ocorrerá na data e na hora indicadas neste Edital, no sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

9.12. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via *Chat*, em campo próprio do Sistema Eletrônico, não sendo aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail.

9.13. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

9.14. Somente os licitantes com propostas cadastradas participarão da fase de lances.

9.15. A desclassificação da Proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema Eletrônico, com acompanhamento em tempo real pelos licitantes.

10. DO ENVIO DA PROPOSTA E RESPONSABILIDADES DO LICITANTE:

10.1. A participação no certame eletrônico ocorrerá mediante utilização da chave de identificação e de senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da Proposta.

10.2. Após a divulgação do Edital, os licitantes deverão encaminhar proposta inicial com o valor na “Moeda Real (R\$)” considerando-se duas casas decimais, até a data e hora delineadas neste Edital, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, através do sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

10.3. As propostas possuem prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura das propostas de preços.

10.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do Sistema, que:

- a) Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) Cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49;
- c) Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos;
- d) Assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no Sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;



e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o Art. 93 da Lei nº 8.213/91; e

f) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição.

10.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 16, da Lei nº 14.133/2021.

10.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

10.7. Conforme o caso, no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

10.8. Conforme o caso, nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

10.9. Nos casos de declaração falsa, a empresa licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no Art. 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos Arts, 337-E e seguintes da Lei nº 14.133/2021, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente Edital.

10.10. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

10.11. Ao cadastrar sua proposta no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, o proponente deverá fazer a descrição detalhada do objeto, não sendo aceitas descrições da proposta do tipo “conforme Edital”.

10.12. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

10.13. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Edital e seus Anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

ATENÇÃO: 10.14. O menor preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

ATENÇÃO: 10.15. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

10.16. A proposta do licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do objeto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura

ATENÇÃO: 10.17. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.18. As propostas e eventuais anexos ficarão disponíveis no Sistema Eletrônico.

ATENÇÃO: 10.19. Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e as especificações constantes no Termo de Referência, para efeito de proposta, entrega e recebimento do objeto prevalecerão as últimas.

10.20. Caberá ao licitante interessado em participar da presente licitação:

- a) Credenciar-se previamente no Sistema Eletrônico;
- b) Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via Sistema, a Proposta com o preço ofertado até a data e hora estabelecidas neste Edital;
- c) Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do Sistema ou da SAAE de Santa Cruz, promotora da licitação, por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) Acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e
- e) Comunicar imediatamente ao provedor do Sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

10.21. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto neste Edital (Art. 82, IV, da Lei 14.133/2021).

10.22. É possível neste certame o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação (Art. 82, IV, da Lei 14.133/2021).

11. DA FASE DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO:

11.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances públicos, sucessivos e com menor preço, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e percentual consignados no registro de cada lance.

11.2. A etapa de lances da sessão pública será conforme Lei Federal nº 14.133/2021, o qual o site www.portaldecompraspublicas.com.br se baseia para o presente processo licitatório.

11.3. O Sistema Eletrônico disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

11.4. Durante o transcurso da sessão os licitantes terão informações, em tempo real, do valor de menor preço registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

11.5. Será permitido aos licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa. Serão considerados intermediários os lances cujos valores forem iguais ou superiores ao menor ofertado, mas inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante e registrado no Sistema Eletrônico.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

11.6. Caso o licitante desista do lance ofertado após a abertura da sessão, estará sujeito às sanções legalmente previstas, salvo se houver justificativa por parte do proponente e aceita pela Administração.

11.7. Durante a fase de lances, a Pregoeira poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

11.8. O modo de disputa será **ABERTO**. Nesse modo de disputa a etapa de lances tem uma duração inicial de 10 (dez) minutos. Se um lance for feito nos últimos dois minutos da etapa de lances, a etapa é automaticamente prorrogada pelo Sistema por mais 2 (dois) minutos, continuando enquanto forem apresentados lances nos 2 (dois) minutos finais, e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários. Se não houver mais lances durante a prorrogação, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

11.9. Encerrados os prazos estabelecidos para oferta de lances, o Sistema Eletrônico ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

11.10. Após o fechamento da etapa de lances, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

11.11. Será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e equiparados, em caso de empate ficto, conforme prevê a Lei Complementar 123/2006, entendendo como empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa, pela empresa de pequeno porte ou equiparado sejam iguais ou superiores em até 5% (Cinco por cento) à proposta de menor valor, observadas as normas legais.

11.12. A ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

11.13. Não ocorrendo a contratação da ME ou EPP, na forma prevista no subitem anterior, serão convocadas as ME's e EPP's remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do "subitem 11.11", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

11.14. Quando convocada a ME ou EPP mais bem classificada deverá apresentar nova proposta, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

11.15. Na hipótese da não contratação nos termos previstos dos "subitens 11.11, 11.12, 11.13 e 11.14", o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.16. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;



- c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento estabelecido no Art. 5º do Decreto nº 11.430/2023; e
- d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.17. Serão consideradas ações de equidade de que trata a alínea “c” do subitem “11.16” acima, respeitada a seguinte ordem:

- a) Medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;
- b) Ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;
- c) Igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;
- d) Práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;
- e) Programas destinados à equidade de gênero e de raça; e
- f) Ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

11.18. Para que a Administração possa fazer comparações, as ações, medidas, práticas e programas de equidade praticados pelo licitante devem ser apresentados de forma sucinta e objetiva devendo, sempre, constar os respectivos termos percentuais para os dispositivos supracitados. Os dados devem fazer referência ao exercício da empresa do último ano, ou seja, de janeiro a dezembro de 2023.

11.19. A não apresentação dos indicadores em termos percentuais, na forma do “subitem 11.18” acima, impedirá a avaliação do licitante e, consequentemente, a sua não classificação.

11.20. Os dispositivos referentes às ações de equidade serão avaliados de forma sucessiva na forma do “subitem 11.17”. Havendo desempate já no primeiro inciso, os demais não serão objeto de análise para classificação do licitante.

11.21. A Administração poderá solicitar documentos complementares e/ou realizar diligências para fins de comprovação das ações de equidade.

11.22. Em igualdade de condições, se não houver desempate na forma do “subitem 11.16”, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por (Art. 60 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e
- d) Empresas que comprovem a prática de mitigação nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11.23. As regras acima previstas não prejudicarão a aplicação do disposto no Art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

11.24. A Pregoeira poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via Sistema.

11.25. Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o “subitem 11.24” acima, implica a retirada do



licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

11.26. O licitante melhor classificado será convocado para reelaborar e apresentar à Administração Pública, por meio eletrônico, a “PROPOSTA DE PREÇOS” adequada ao lance vencedor, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**.

11.27. A “PROPOSTA DE PREÇOS” reelaborada e adequada ao lance vencedor na forma do “subitem 11.26” anterior, deverá considerar os preços unitários de cada item que compõem os lotes indicados neste Edital, sendo esses considerados preços máximos de referência.

12. DA ACEITABILIDADE E DO ENVIO DA PROPOSTA VENCEDORA:

12.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

12.2. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada (aquela que tiver melhor preço maior desconto) com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

- a) Contenha vícios insanáveis;
- b) Não obedeça às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital e seus Anexos;
- c) Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) Contenha mais de 02 (duas) casas decimais em seus valores propostos; e
- e) Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências deste instrumento convocatório, desde que insanável.

12.3. Atendidos os ditames da Lei 14.133/2021, a Pregoeira poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, sob pena de desclassificação.

12.4. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme disposto no Art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021.

12.5. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme disposto no Art. 59, § 5º, da Lei 14.133/2021.

12.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

12.7. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no Sistema Eletrônico com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**.

12.8. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no Sistema Eletrônico, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da



proposta.

12.9. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita.

12.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.11. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no *Chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

12.12. Será declarado vencedor o licitante que, tendo ofertado o **“MENOR VALOR POR LOTE”**, atenda às exigências deste Edital e seus Anexos.

12.13. Poderão ser desclassificadas as propostas de licitantes, até a assinatura do contrato, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver conhecimento de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento da licitação que desabonem sua idoneidade ou capacidade jurídica, financeira, técnica ou administrativa.

12.14. Após o julgamento das propostas, o licitante arrematante será convocado para reelaborar e apresentar ao Pregoeira, por meio eletrônico, a “Proposta de Preços”, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**.

13. DOS CUSTOS OPERACIONAIS:

13.1. Já deverão estar inclusos na proposta de preços ofertada os custos operacionais incidentes na execução do objeto deste Edital, tais como: despesas com funcionários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, locação e/ou depreciação de equipamentos usados nos serviços, impostos, taxas, fretes, seguros e qualquer outro que incida na execução do objeto licitado.

14. DA HABILITAÇÃO:

14.1. O licitante declarado vencedor deverá atender, EM SUA INTEGRALIDADE, às condições de habilitação devendo apresentar os documentos conforme a seguir elencado:

14.1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cédula de Identidade do(s) titular(es) e/ou de todos os sócios;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente; e
- f) Aditivo(s) ao Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, se houver.

14.1.1.1. Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social do licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura

14.1.2. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Estadual ou Certidão de Não Contribuinte;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede do licitante, mediante Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Municipal da sede do licitante ou Certidão de Não Contribuinte;
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, por meio de Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), da sede do licitante, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 01/05/1943, e instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011; e
- g) Declaração para fins do disposto no inciso VI, do Art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal.

14.1.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. Caso a certidão não apresente data de validade, será admitida como válida aquela emitida no máximo há 60 (sessenta) dias da data fixada para realização deste certame.

14.1.3.1. Caso o licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Edital.

14.1.3.2. Em se tratando de licitante subsidiária integral, caso sua empresa controladora esteja em recuperação judicial, deverá ser apresentado Termo de Compromisso no qual o licitante assegure que manterá a capacidade técnica, econômica, financeira e operacional, com vista a assegurar a execução do contrato.

14.1.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, conforme o caso, por meio da apresentação de Atestado ou Certidão expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome da empresa licitante, comprovando a execução anterior correlata ao objeto deste Edital.

14.1.4. Em havendo necessidade de realização de diligência, o licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), tais como: cópias de nota fiscal e/ou nota de empenho e/ou do termo de contrato que deram suporte à contratação.

14.1.5. DOCUMENTOS DE NATUREZA DECLATÓRIA:

- a) Declaração que está ciente das condições contidas neste Edital e em seus Anexos;



- b) Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e de que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- c) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) Declaração de que a Proposta Econômica ofertada na presente licitação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;
- e) Declaração de que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- f) Declaração que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV, do Art. 1º, e no inciso III, do Art. 5º, da Constituição Federal;
- g) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparados, apresentar declaração para fins do disposto no § 2º, do Art. 4º, da Lei nº 14.133/2021, que no ano-calendário de realização desta licitação, ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, para fins de obtenção de benefícios que se referem os Arts. 42 a 49, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- h) Declaração de conhecimento pleno dos locais e das condições em que deverá ser executado objeto da presente licitação, nos moldes da declaração anexa a este Edital, não podendo o licitante alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato; e
- i) Declaração de conhecimento e conformidade às normas anticorrupção.

14.1.6. Os documentos de natureza declaratória exigidos neste Edital deverão ser editados e apresentados em papel timbrado da empresa licitante, devendo ser devidamente assinados pelo seu representante legal.

14.2. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial do licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

ATENÇÃO: 14.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

14.4. Na análise dos documentos, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

ATENÇÃO: 14.5. A Pregoeira verificará mediante consulta *online* nos respectivos sítios eletrônicos dos órgãos oficiais, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Resultado da consulta realizada junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pelo Portal da Transparência;
- b) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade comprovando o nada consta junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;



- c) Certidão Negativa de empresas Punidas obtida no CNEP – Portal da Transparência; e
- d) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos, obtida no TCU.

14.6. As certidões acima referidas (alíneas “a, b, c e d” do subitem “14.5”) poderão ser obtidas em consulta consolidada no endereço eletrônico a seguir: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

14.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, como também em nome de seus sócios majoritários, por força do Art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

ATENÇÃO: 14.8. Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, a Pregoeira reputará o licitante, por falta de condição de participação.

14.9. O licitante vencedor deverá providenciar a documentação relativa à “**HABILITAÇÃO**”, **no prazo máximo de 2 (duas) horas**, contados a partir da arrematação, anexando, na opção “Enviar anexo”, respeitado o limite do Sistema Eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo ser incluídos em quantos arquivos forem necessários.

14.10. Por motivo de força maior, caso o licitante não consiga enviar a documentação na forma do “subitem 14.9” acima, deverá relatar o problema, dentro do prazo estabelecido no referido subitem, via Sistema Eletrônico, cuja solicitação será submetida à avaliação da Agente de Contratação quanto a sua aceitação.

14.11. A ME/EPP e equiparados que possuírem restrição em qualquer dos documentos de “Regularidade Fiscal e Trabalhista”, previstos no “subitem 14.1.2” deste Edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, *cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação.*

14.12. O benefício de que trata o subitem anterior não eximirá a ME/EPP da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

14.13. O prazo de que trata o “subitem 14.11” poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

14.14. A não regularização da documentação, no prazo fixado no “subitem 14.11”, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação nos ternos deste Edital, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

14.15. Para os documentos que não mencionarem prazo de validade será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua expedição.

15. DA LIMITAÇÃO DE REMESSA DE ARQUIVOS ELETRÔNICOS:

15.1 Por limitação do Sistema Eletrônico, o envio da documentação relativa à “PROPOSTA” e à “HABILITAÇÃO” poderá ser realizado mediante a inclusão de quantos arquivos forem necessários.



16. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

16.1. Na hipótese do licitante arrematante ser considerado inabilitado por desatender às exigências habilitatórias, serão requeridos e analisados a proposta e os documentos de habilitação do licitante subsequente, por ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

16.2. A hipótese que trata o subitem anterior poderá ser realizada mais de uma vez, até que se obtenha um licitante habilitado, sempre observando que sua proposta deverá estar abaixo do orçamento referencial.

16.3. Na fase de julgamento das propostas, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no Termo de Referência ou no Projeto Básico deste Edital, conforme o caso.

17. DOS RECURSOS:

17.1. Divulgada a decisão da Pregoeira, em face do ato de julgamento (declaração do vencedor), se dela discordar, o licitante terá o prazo de 3 (três) dias úteis para interpor recurso, contado da data de intimação ou de lavratura da ata da decisão, em conformidade com o que dispõe o Art. 165, I, da Lei 14.133/2021.

17.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso, 3 (três) dias úteis, e terá início na data da divulgação em Imprensa Oficial da interposição do recurso, em consonância com o preceito no Art. 165, § 4º, da Lei 14.133/2021.

17.3. É assegurado aos licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.4. Os recursos deverão ser protocolados diretamente no Setor de Licitações, Contratos e Compras, na sede da SAAE de Santa Cruz, situada à Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN, no horário das 8h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis; ou através do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br; ou ainda através do e-mail: saaesantacruzrn.licitacoes@gmail.com.

17.5. Se a Pregoeira não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme disposto no Art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

17.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.7. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados, nos dias úteis, no horário das 8h00min às 12h00min.

17.8. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.9. O recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital e seus Anexos não será conhecido.



17.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

17.11. Os prazos previstos neste Edital e seus Anexos iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do Município.

18. DO ENCERRAMENTO E DISPOSIÇÕES SOBRE A FUTURA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

18.1. Finalizada a fase recursal e definido o resultado de julgamento, o procedimento licitatório será encerrado e encaminhado a Autoridade Competente que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Anular o procedimento, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- c) Revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade; ou
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação em ato único, para posterior assinatura do contrato.

18.2. Encerrada a licitação, a Pregoeira divulgará no site do Município de Santa Cruz, os atos de adjudicação do objeto e de homologação do certame.

18.3. A recusa injustificada do ADJUDICATÁRIO em assinar a ARP – Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

18.4. Será facultado ao Município de Santa Cruz/RN, quando o convocado não assinar a ARP – Ata de Registro de Preços, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da ARP nas condições propostas pelo licitante vencedor.

18.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do “subitem 18.4” acima, o Município poderá convocar os licitantes remanescentes, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste Edital:

- a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do ADJUDICATÁRIO; e
- b) Adjudicar e celebrar a ARP – Ata de Registro de Preços nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.6. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a celebração da ARP, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

19. DO ASSESSORAMENTO TÉCNICO E JURÍDICO:

19.1. No exercício de suas atribuições, a Pregoeira poderá contar, sempre que necessário, com o suporte técnico e/ou jurídico dos órgãos de assessoramento e controle interno, para dirimir dúvidas ou obter subsídios.

20. DA FISCALIZAÇÃO:

20.1. Caberá ao Órgão Gerenciador/Contratante a designação, por meio da autoridade competente, dos responsáveis pelas funções de Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato, nos termos da legislação vigente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

na função de “Fiscal do Contrato”, nos termos do Art. 117, da Lei nº 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

20.2. O Fiscal do Contrato terá o direito de rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto prestada em desacordo com as cláusulas contratuais e especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

20.3. Caberá ao Gestor do Contrato, e ao seu substituto nas hipóteses de seu afastamento e/ou impedimento legal, o cumprimento das atribuições previstas no Capítulo XXII do Decreto Municipal nº 2060/2023.

20.4. Caberá ao Fiscal de Contrato, e ao seu substituto nas hipóteses de seu afastamento e/ou impedimento legal, o cumprimento das atribuições previstas no Capítulo XXIII do Decreto Municipal nº 2060/2023.

21. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO:

21.1. O ADJUDICATÁRIO terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após formalmente convidado, para assinar a ARP – Ata de Registro de Preços, que obedecerá ao modelo constante do Anexo deste Edital.

21.2. O prazo especificado no “subitem 21.1” acima, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo ADJUDICATÁRIO durante o seu transcurso, desde que a justificativa seja aceita pela Administração.

21.3. Se o ADJUDICATÁRIO não assinar a ARP no prazo estabelecido, estará sujeita às penalidades previstas neste Edital.

21.4. O ADJUDICATÁRIO deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os Servidores ou Empregados do Órgão ou Entidade Contratante e dos Órgãos de Controle Interno e Externo.

21.5. Da ARP, regulada pelas instruções constantes deste Edital e seus Anexos, decorrem as obrigações, direitos e responsabilidades das partes relativas à execução do objeto desta licitação.

21.6. Conforme o caso, o ADJUDICATÁRIO deverá manter as condições de habilitação, inclusive o recolhimento do ISSQN ao Município do local da prestação do serviço, durante toda a execução do contrato, observando a legislação tributária vigente.

21.7. A ARP compreenderá a execução do objeto, baseado na relação de preços propostos pelo ADJUDICATÁRIO, considerados finais e incluindo todos os encargos, taxas e bonificações.

21.8. O ADJUDICATÁRIO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da ARP em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

21.9. O ADJUDICATÁRIO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da ARP, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura

21.10. Somente o ADJUDICATÁRIO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ARP.

21.11. A inadimplência do ADJUDICATÁRIO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização.

22. DO FATURAMENTO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E DA PENALIDADE PELO ATRASO DE PAGAMENTO:

22.1. O faturamento das despesas será realizado conforme especificação constante na Ordem de Compra/Serviço, devendo ser em nome do SAAE do Município de Santa Cruz/RN, inscrito no CNPJ sob nº 08.520.389/0001-08, com endereço à Av. Rio Branco, nº 609, Centro, Santa Cruz/RN.

22.2. O pagamento será efetuado ao FORNECEDOR em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo do Setor de Compras Municipal, acompanhada das certidões negativas de débitos referentes à Regularidade Fiscal e Trabalhista legalmente exigíveis.

22.3. As notas fiscais/faturas devem ser encaminhadas na forma do “subitem 22.2” acima, mediante protocolo de solicitação de cobrança, e quando apresentarem incorreções serão devolvidas ao FORNECEDOR, de forma que o seu vencimento ocorrerá após a data de sua reapresentação válida para as correções solicitadas, não respondendo o ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

22.4. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome do FORNECEDOR.

22.5. Ao ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da execução e aceitação do serviço fornecido e/ou entrega do produto pelo FORNECEDOR, este não estiver em perfeitas condições no que tange a qualidade dos serviços executados e/ou materiais fornecidos, bem assim de acordo com as especificações estipuladas neste Edital e Anexos.

22.6. Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o FORNECEDOR for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do celebrado ou a documentação apresentada, a respectiva cobrança perante a unidade administrativa contratante será tornada sem efeito, com a consequente exclusão da lista classificatória de credores.

22.7. O FORNECEDOR será reposicionado na lista classificatória a partir da regularização das falhas e/ou, caso seja necessário, da emissão de novo documento fiscal, momento em que será reiniciada a contagem dos prazos de liquidação e pagamentos oponíveis ao ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE.

22.8. As despesas referentes ao objeto correrão à conta dos recursos do orçamento geral do ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE vigente à época da avença e especificadas as dotações orçamentárias descritas nas autorizações de compra emitidas.

22.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o FORNECEDOR não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (atualização monetária) devida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE, será calculada mediante a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.



22.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE, decorrente dos serviços executados e/ou produtos já recebidos, constitui motivo para rescisão do contrato, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao FORNECEDOR o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

22.11. As demais cláusulas são aquelas previstas na minuta do contrato e no Termo de Referência anexos a este Edital.

22.12. Os pagamentos também deverão observar as disposições do “Capítulo X – Dos Pagamentos” da Lei nº 14.133/2021, no que couber.

23. DA ARP – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

23.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR disporá do prazo de 60 (sessenta) dias para convocar o licitante vencedor para assinar a ARP – Ata de Registro de Preços, contados a partir da data da apresentação da proposta de preços.

23.2. Dentro do prazo de validade de sua Proposta, o vencedor do certame terá até 5 (cinco) dias úteis, após formalmente convidado, para comparecer à sede do ÓRGÃO GERENCIADOR, onde assinará a ARP.

23.3. Não havendo o comparecimento do licitante para assinatura da ARP no prazo acima estabelecido no “subitem 23.2” acima, lhes será imputada uma multa de 30% (trinta por cento) do valor global adjudicado. Permanecendo a falha sem justificativa cabível, haverá a suspensão da assinatura da respectiva ARP e o licitante será suspenso por 3 (três) anos na participação de outros certames licitatórios no âmbito municipal.

23.4. A ARP reger-se-á, no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei 14.133/2021, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do presente Edital e pelos preceitos do Direito Público.

23.5. As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas neste Edital e Anexos.

23.6. São parte integrante da ARP as condições previstas neste Edital e Anexos.

23.7. O prazo de vigência da ARP – Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (Art. 84. da Lei 14.133/2021).

24. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS CONSEQUÊNCIAS:

24.1. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o FORNECEDOR não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, será facultado ao FORNECEDOR requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

24.2. Para fins do disposto no “subitem 24.1” acima, o FORNECEDOR encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.



24.3. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo ÓRGÃO GERENCIADORA e o FORNECEDOR deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ARP sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital, na Lei 14.133/2021 e na legislação aplicável.

24.4. O registro de preços será cancelado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, quando o FORNECEDOR:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no “subitem 24.3”; e/ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

24.5. Na hipótese prevista no inciso IV do caput do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ARP enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

24.6. O cancelamento do registro será formalizado por despacho do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

24.7. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

25. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

25.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ARP tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; e/ou
- c) Na hipótese de necessário e regular reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133/2021.

25.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o FORNECEDOR para negociar a redução do preço registrado.

25.3. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

25.4. Na hipótese prevista no “subitem 25.3” anterior, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.



25.5. Se não obtiver êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do disposto neste Edital, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

25.6. Na hipótese de redução do preço registrado, o ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

26.1. Comete infração administrativa o licitante/fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no Art. 155, da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida neste instrumento, conforme o caso;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou aceitar ou retirar documento equivalente e não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto avençado sem motivo justificado;
- i) Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a Licitação ou a execução do objeto;
- j) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto; e/ou
- k) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

26.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros:

- a) A declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP/Equiparado ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- b) A prática de ato ilícito com vistas a frustrar os objetivos desta licitação; e/ou
- c) A prática de praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

26.3. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, conforme o caso e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

26.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;



- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

26.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente.

26.6. A aplicação das sanções previstas neste Edital, em hipótese alguma, isenta a obrigação, por parte do fornecedor, de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

26.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

26.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração das responsabilidades deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

26.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

26.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por fornecedor, com ou sem a participação de Agente Público.

26.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

27. DA ASSINATURA DO CONTRATO:

27.1. Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o ADJUDICATÁRIO/FORNECEDOR poderá ser regularmente convocado para assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, através de seu representante legal, o qual terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis após convocado para comparecer à sede da SAAE de Santa Cruz.

27.2. A recusa injustificada do ADJUDICATÁRIO/FORNECEDOR em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

27.3. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas (Art. 84, parágrafo único, da Lei 14.133/2021).

28. DO LIVRE ACESSO:



28.1. A CONTRATADA fica obrigada a permitir, a qualquer tempo, o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e/ou externo, aos seus documentos e registros contábeis, bem como a todos os documentos e/ou informações relativas e apresentadas no presente processo licitatório.

29. DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

29.1. Os órgãos e/ou entidades que não participaram do presente registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o ÓRGÃO GERENCIADOR para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

29.2. Em sendo autorizada a adesão solicitada por órgãos e/ou entidades não participantes, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento e/ou execução decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o ÓRGÃO GERENCIADOR e órgãos participantes.

29.3. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes das adesões autorizadas não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens constantes no Anexo I – Termo de Referência deste Edital (Art. 86, § 4º, da Lei 14.133/2021).

29.4. O quantitativo decorrente das adesões autorizadas não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (Art. 86, § 5º, da Lei 14.133/2021).

30. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS, DE EXAME DE CONFORMIDADE E/OU DE PROVA DE CONCEITO:

30.1. Fica facultada à Administração solicitar do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a comprovação de amostras, exame de conformidade e/ou prova de conceito, conforme o caso, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

30.2. O disposto no “subitem 30.1” anterior tem a finalidade de permitir que a Administração se certifique, antes da efetiva contratação, acerca da efetiva adequação do objeto oferecido pelo licitante em sua proposta, frente às condições técnicas estabelecidas neste Edital e Anexos.

30.3. O licitante que deixar de apresentar a comprovação exigida no “subitem 30.1”, será automaticamente “desclassificado” do item não atendido e, consequentemente, “desclassificado” do lote onde está inserido o respectivo item, conforme o caso.

30.4. Os produtos apresentados como amostras poderão ser abertos, desmontados, instalados e/ou degustados, conforme o caso, e submetidos aos testes necessários, sendo disponibilizados ao licitante pelo período de 3 (três) dias úteis após formalmente comunicado do resultado da análise realizada. Decorrido esse prazo, a Administração não se responsabilizará por qualquer dano e/ou prejuízo que venha a ocorrer, procedendo destinação aos respectivos produtos.

30.5. Como critérios de aceitabilidade, serão rejeitadas as amostras que, conforme o caso:

a) Apresentarem problemas de funcionamento durante a análise; e/ou



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

b) Forem de qualidade inferior ou de marca incompatível em relação às especificações e marcas constantes na Proposta da vencedora.

30.6. A prova de conceito visa demonstrar a viabilidade técnica e funcional da Proposta apresentada pelo licitante, antes de sua efetiva contratação, possibilitando à Administração contratante se certificar sobre a devida adequação entre o objeto oferecido na Proposta e as condições técnicas estabelecidas no presente Edital, devendo ser realizada conforme local e condições a serem determinadas pela Administração.

31. DO VALOR ORÇADO (PREÇO MÁXIMO DE REFERÊNCIA):

31.1. O objeto ora licitado está orçado no valor total de R\$ 1.614.753,68 (um milhão seiscentos e quatorze mil setecentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos), conforme detalhado no Termo de Referência anexo e parte integrante deste Edital.

32. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

32.1. Todas as referências de tempo citadas neste Edital e seus Anexos, no Aviso da Licitação e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

32.2. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pela Pregoeira.

32.3. Nas atas das sessões públicas deverá constar o registro dos licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação da vencedora e da interposição de recurso(s), se for o caso.

32.4. Os demais atos licitatórios serão registrados no processo da licitação.

32.5. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, pois a simples apresentação da proposta submete-o à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

32.6. No caso de eventual divergência entre o Edital e seus Anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

32.7. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo que a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o ADJUDICATÁRIO, a rescisão da Ata de Registro de Preços ou do instrumento contratual, conforme o caso, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

32.8. O Município de Santa Cruz/RN reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como adiar *sine die* ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura da PROPOSTA ou da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer licitante, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial do licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.



32.9. É facultado aa Pregoeira, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

32.10. Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da Proposta, poderá o licitante, revalidar, por igual período, o documento, sob pena de ser declarada desistente do feito licitatório.

32.11. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela Pregoeira tudo em conformidade com as normas jurídicas e administrativas cabíveis.

32.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Art. 183, da Lei nº 14.133/2021.

32.13. Só se iniciam e vencem os prazos previstos neste instrumento em dia de expediente na SAAE de Santa Cruz.

32.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a SAAE de Santa Cruz a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

32.15. O prazo de vigência da ARP - Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

32.16. É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma Ata de Registro de Preços, com o mesmo objeto deste certame, no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de Ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste Edital (Art. 82, VII, da Lei 14.133/2021).

32.17. Concluídos os trabalhos, a Pregoeira encaminhará o processo, devidamente instruído, à apreciação do Exmo.(a). Sr.(a). Prefeito(a) do Município de Santa Cruz/RN, para decisão final, o que será objeto de publicação na Imprensa Oficial.

32.18. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este Edital ou o Contrato vinculado a esta licitação, fica eleito o foro da Comarca do Município de Santa Cruz/RN, com exclusão de qualquer outro.

33. DOS ANEXOS:

33.1. São anexos deste Edital e dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – contendo o Termo de Referência com as especificações do objeto;
- b) Anexo II – contendo a minuta da ARP – Ata de Registro de Preços;
- c) Anexo III – contendo o modelo da declaração de ciência e pleno conhecimento dos termos do Edital;
- d) Anexo IV – contendo o modelo da declaração de cumprimento com os requisitos de habilitação constantes no Edital;
- e) Anexo V – contendo o modelo da declaração de atendimento à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação;
- f) Anexo VI – contendo o modelo da declaração de que a Proposta Econômica ofertada na licitação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura

- g) Anexo VII – contendo o modelo da declaração de inexistência de fatos impeditivos para a habilitação na licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- h) Anexo VIII – contendo o modelo da declaração de que o licitante não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV, do Art. 1º, e no inciso III, do Art. 5º, da Constituição Federal;
- i) Anexo IX – contendo o modelo da declaração de atendimento ao disposto no § 2º, do Art. 4º, da Lei nº 14.133/2021, que no ano-calendário de realização da licitação, o licitante ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, para fins de obtenção de benefícios que se referem os Arts. 42 a 49, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (DECLARAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME ou EPP ou EQUIPARADO);
- j) Anexo X – contendo o modelo da declaração de conhecimento pleno dos locais e das condições em que deverá ser executado objeto da licitação;
- k) Anexo XI – contendo o modelo da declaração de conhecimento e conformidade às normas anticorrupção;
- l) Anexo XII – contendo o modelo da declaração de conformidade ao disposto no Art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, que trata da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; e
- m) Anexo XIII – contendo a minuta do Contrato a ser celebrado.

Santa Cruz/RN, 27 de abril de 2026.

Uliana Pinto de Assis Crisanto
Agente de Contratação



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

ANEXO I – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO:

1.1 Registro de preços para futura e parcelada aquisição de conexões para atendimento às necessidades produtivas do SAAE Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Santa Cruz/RN.

1. INTRODUÇÃO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para futura e parcelada aquisição de conexões hidráulicas destinadas ao atendimento das necessidades produtivas e operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do Município de Santa Cruz/RN. A solução visa garantir a disponibilidade de insumos essenciais para a manutenção, reparo e ampliação das redes de distribuição de água e coleta de esgoto, assegurando a eficiência hídrica e a continuidade dos serviços de saneamento básico municipal.

1.2. A contratação pleiteada fundamenta-se nas conclusões do Estudo Técnico Preliminar (ETP), que demonstrou a necessidade estratégica de manter um estoque regular de materiais normatizados para garantir intervenções rápidas em vazamentos e novas ligações. O referido ETP evidenciou a viabilidade técnica e econômica da aquisição, apontando o fornecimento parcelado de conexões de marcas padronizadas como a melhor solução para assegurar a segurança hídrica, a durabilidade das redes e a economicidade na prestação dos serviços públicos essenciais.

1.3. Este Termo de Referência estabelece as especificações técnicas, as quantidades estimadas, os critérios de aceitação e as obrigações das partes, servindo como instrumento norteador para o certame licitatório e para a futura gestão da Ata de Registro de Preços, em estrita observância à Lei Federal nº 14.133/2021.

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. A seguinte contratação justifica-se pela necessidade contínua do SAAE de Santa Cruz/RN em manter a integridade das redes de distribuição de água e coleta de esgoto do município. As conexões são insumos vitais para reparos emergenciais em vazamentos, extensões de rede e novas ligações domiciliares, garantindo a continuidade do serviço essencial de saneamento básico e o pleno atendimento à população.

2.2. A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) mostra-se como a modelagem mais adequada à imprevisibilidade da demanda. O desgaste das tubulações e as intervenções em vias públicas geram necessidades de manutenção sazonais, sendo o fornecimento parcelado a solução ideal para evitar o desabastecimento, sem a necessidade de imobilizar recursos em estoques excessivos.

2.3. Esta medida visa prevenir a interrupção prolongada do abastecimento de água. A ausência de conexões em estoque para pronta resposta a rompimentos de rede pode causar desabastecimentos severos, gerando transtornos sociais e riscos à saúde pública, o que torna indispensável a existência de uma Ata de Registro de Preços vigente.

2.4. Ao centralizar a demanda anual, a Administração permite a obtenção de preços mais competitivos por meio da economia de escala. Além disso, a estratégia reduz significativamente o custo administrativo da Autarquia, evitando a fragmentação de despesas e processos de compra direta, em estrita observância aos princípios da Lei nº 14.133/2021.



2.5.O processo assegura que todas as conexões adquiridas sigam rigorosamente as normas técnicas da ABNT, garantindo a compatibilidade com a rede já instalada. Isso evita problemas de pressão, perdas de carga e garante a durabilidade dos serviços realizados pelas equipes operacionais do SAAE de Santa Cruz/RN.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS:

3.1. As conexões hidráulicas objeto desta contratação são classificadas como bens comuns, nos termos do Art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. Essa classificação justifica-se pelo fato de possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, permitindo a comparação direta entre as propostas apresentadas.

3.2. As conexões em PVC, ferro fundido e demais materiais solicitados são itens amplamente comercializados, com características técnicas rigorosamente padronizadas por normas da ABNT (NBR). A natureza comum desses itens possibilita a adoção do critério de julgamento pelo menor preço, sem qualquer prejuízo à qualidade técnica ou à segurança das redes de abastecimento, visto que o mercado especializado dispõe de produtos que atendem integralmente aos requisitos operacionais da Autarquia.

3.3. A classificação como bens comuns reforça a obrigatoriedade e a viabilidade da utilização do Pregão, em sua forma eletrônica, como modalidade de licitação. Essa escolha promove maior competitividade e transparência ao processo, assegurando que o SAAE obtenha a proposta mais vantajosa mediante a disputa pública, garantindo a celeridade administrativa e a economicidade necessária para a manutenção do sistema de abastecimento de Santa Cruz/RN.

4. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. A adequação orçamentária permite a aquisição dos produtos requestados, configurando-se como um aspecto crucial na execução do objeto, garantindo que os recursos financeiros necessários para a aquisição estejam disponíveis e sejam alocados de maneira apropriada, sendo então definida da seguinte forma:

I) Previsão de Custos: Foi realizada a previsão estimada de custos mediante a realização de pesquisa de mercado nos termos do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021, cujo valor estimado da contratação para o fornecimento das conexões hidráulicas encontra-se delineado no presente Termo de Referência e nos anexos do processo licitatório.

II) Previsão Orçamentária: Verifica-se a existência de dotação orçamentária no OGM – Orçamento Geral do Município ou em dotações próprias da Autarquia, objetivando a aquisição pretendida sob o regime de Registro de Preços.

III) Monitoramento do Orçamento: Durante a execução do objeto e a vigência da Ata de Registro de Preços, o órgão monitorará o orçamento para garantir que os gastos com a aquisição pleiteada estejam dentro do planejamento inicial. Em havendo alterações significativas de aumento de consumo por demandas emergenciais na rede de água e esgoto que possam gerar desequilíbrio no planejamento, medidas corretivas serão tomadas imediatamente.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1. Para assegurar a adequada execução do fornecimento, a empresa contratada deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais e legais fundamentados na Lei nº 14.133/2021, garantindo a qualidade das conexões adquiridas e sua perfeita compatibilidade com a infraestrutura de tubulações atual da Autarquia.

5.2. Qualificação Técnica e Capacidade Operacional

a) A contratada deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto da licitação, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica,



emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem experiência prévia no fornecimento de materiais hidráulicos e conexões para saneamento;

- b) Os atestados devem evidenciar que os fornecimentos foram realizados de forma satisfatória, contemplando quantitativos e especificações similares às exigidas neste Termo de Referência;
- c) A empresa deverá demonstrar capacidade logística para o atendimento das ordens de fornecimento parceladas, garantindo a entrega dos materiais nos locais e prazos estabelecidos pelo SAAE, conforme as exigências do Art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. Requisitos Técnicos dos Materiais e Padronização

- a) As conexões fornecidas deverão ser fabricadas rigorosamente conforme as normas técnicas da ABNT (NBR) vigentes para cada tipo de material garantindo a resistência mecânica e a estanqueidade necessárias;
- b) É requisito obrigatório que as conexões de PVC atendam à padronização de marcas estabelecida no ETP (Crona, Tigre, Amanco ou Fortlev), visando assegurar a uniformidade dimensional e a compatibilidade técnica com a rede instalada;
- c) A contratada deve fornecer as conexões acompanhadas de seus respectivos anéis de vedação ou juntas, quando tecnicamente exigido, garantindo que os itens estejam prontos para instalação imediata pelas equipes de campo do SAAE.

5.4. Garantia, Qualidade e Conformidade Normativa

- a) A empresa deverá garantir os materiais fornecidos contra defeitos de fabricação, porosidade ou vícios ocultos pelo período mínimo de 12 (doze) meses após o recebimento, obrigando-se a substituir itens defeituosos sem ônus para a Autarquia;
- b) Quando solicitado, a contratada deverá apresentar laudos de ensaios ou certificados de conformidade emitidos por laboratórios acreditados ou pelo fabricante, comprovando que os lotes entregues atendem às pressões nominais exigidas;
- c) Todo o fornecimento deverá observar as normas de segurança para transporte e descarregamento, garantindo que as peças não sofram fissuras ou deformações que comprometam sua funcionalidade técnica no sistema de saneamento.

5.5. Obrigações Gerais da Contratada

- a) Entregar os materiais dentro do prazo estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, respeitando as quantidades e especificações solicitadas;
- b) Responsabilizar-se por todos os custos de transporte, carga e descarga, além dos tributos e encargos trabalhistas incidentes sobre a execução do contrato;
- c) Garantir que as conexões entregues possuam identificação clara do fabricante e especificações de diâmetro/classe gravadas no corpo da peça, facilitando a conferência e a gestão de estoque pelo SAAE de Santa Cruz/RN.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

6.1. O procedimento licitatório adotará o critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE, em estrita observância à Lei Federal nº 14.133/2021. Esta escolha justifica-se pela possibilidade de agrupar as conexões por afinidade de material e aplicação técnica, permitindo a participação de fornecedores especializados e garantindo a obtenção de propostas mais vantajosas através da competitividade setorial.

6.2. A adoção do julgamento por lote visa assegurar a padronização técnica e a eficiência logística. Ao agrupar itens similares, a Autarquia facilita o gerenciamento das Atas de Registro de Preços e garante que o fornecedor vencedor de cada lote possua expertise e estoque compatível com a linha de materiais solicitada, assegurando a compatibilidade física com as redes de abastecimento e esgotamento sanitário do Município.

6.3. A execução do contrato (fornecimento) será conduzida conforme a necessidade da Autarquia, obedecendo ao fluxo do Sistema de Registro de Preços:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura

- a) Solicitação de Fornecimento: Emissão de Ordem de Fornecimento pelo SAAE, especificando os itens do lote, as quantidades e o local de entrega;
- b) Processamento do Pedido: A contratada deverá separar os materiais, garantindo que as marcas de PVC correspondam à padronização exigida (Crona, Tigre, Amanco ou Fortlev) e que os itens de ferro/metais atendam às normas NBR;
- c) Entrega e Transporte: Os materiais deverão ser entregues de forma parcelada no almoxarifado central ou em locais de obra indicados, com frete e descarga sob total responsabilidade da contratada;
- d) Conferência e Recebimento Provisório: Verificação imediata da integridade física das peças, marcas, diâmetros e quantidades em relação à nota fiscal e ao Termo de Referência;
- e) Recebimento Definitivo: Após conferência técnica detalhada quanto à conformidade normativa e ausência de vícios, o fiscal do contrato atestará o recebimento para fins de faturamento;
- f) Substituição de Itens: Caso sejam detectadas avarias ou desconformidades técnicas após a entrega, a contratada deverá realizar a substituição sem custos adicionais nos prazos estabelecidos.

6.4. O fornecimento será iniciado exclusivamente mediante autorização formal do SAAE. Todo o processo de entrega será acompanhado e atestado por fiscal designado, nos termos do Art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo que as conexões entregues correspondam integralmente aos padrões de qualidade exigidos.

6.5. O cumprimento fiel das especificações técnicas e dos prazos de entrega em cada Ordem de Fornecimento será condição indispensável para o aceite e a consequente liberação dos pagamentos, que ocorrerão conforme as entregas tecnicamente aprovadas pela fiscalização da Autarquia.

7. MODELO DE GESTÃO DA EXECUÇÃO:

7.1. O modelo de gestão da execução do objeto deve propiciar o pleno acompanhamento e fiscalização pela Autarquia, garantindo que o fornecedor cumpra rigorosamente as especificações técnicas das conexões e que o SAAE receba insumos de alta durabilidade e conformidade normativa. A estrutura de gestão será organizada da seguinte maneira:

a) Designação do Fiscal e do Gestor de Contrato

O SAAE designará formalmente um Fiscal e um Gestor de Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, que atuarão como os elos principais de contato com o fornecedor, sendo responsáveis por supervisionar as entregas e garantir que os materiais correspondam exatamente ao solicitado;

b) Monitoramento Técnico Regular

O Fiscal do Contrato deverá realizar a conferência técnica rigorosa no ato de cada entrega, verificando a integridade física das peças, a conformidade das marcas de PVC com a padronização exigida (Crona, Tigre, Amanco ou Fortlev) e a precisão dos diâmetros e classes de pressão das conexões;

c) Relatórios de Recebimento e Conformidade

A fiscalização manterá registro das Ordens de Fornecimento emitidas e dos comprovantes de entrega, anotando quaisquer ocorrências como atrasos ou recusa de materiais por desconformidade técnica, garantindo o controle preciso do saldo da Ata de Registro de Preços;

d) Alinhamento Logístico

A critério da Administração, serão mantidos canais de comunicação diretos com o fornecedor para coordenar a logística de entrega das conexões, especialmente em casos de manutenções emergenciais na rede de água ou esgoto que exijam celeridade no fornecimento;

e) Avaliação de Desempenho do Fornecedor

A cada entrega ou ao término da vigência da Ata, o Fiscal do Contrato realizará uma avaliação formal do desempenho da empresa, verificando a pontualidade, a qualidade dos materiais e a eficiência na substituição de peças defeituosas, subsidiando futuras decisões administrativas e a aplicação de sanções, se necessário;



f) Resolução de Ocorrências e Suporte Técnico

Durante a vigência da Ata, caberá ao Fiscal do Contrato promover as providências necessárias de maneira oportuna, municiando o Gestor de Contrato com informações técnicas para solucionar divergências de marcas, atrasos logísticos ou defeitos de fabricação detectados durante a instalação das peças pelas equipes de campo.

8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

8.1. Em observância ao Art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o desenvolvimento sustentável como princípio das contratações públicas, este Termo de Referência adota critérios compatíveis com a natureza dos materiais hidráulicos. A aquisição de conexões deve ser executada de forma a maximizar a eficiência ambiental da Autarquia, reduzindo o impacto da operação de saneamento no ecossistema local através das seguintes diretrizes:

8.2. Eficiência na Preservação de Recursos Hídricos

8.2.1. As conexões adquiridas devem garantir a estanqueidade absoluta das juntas e ramais, atuando como ferramenta central no combate às perdas reais de água tratada. Ao evitar vazamentos, a solução mitiga a necessidade de captação excessiva nos mananciais e reduz o consumo de produtos químicos e energia elétrica no processo de tratamento e distribuição;

8.3. Ciclo de Vida e Durabilidade dos Materiais

8.3.1. A exigência de materiais normatizados e marcas de referência (padronização) visa garantir uma vida útil prolongada aos ativos instalados. A utilização de conexões de alta resistência reduz a necessidade de substituições precoces, diminuindo o volume de resíduos gerados por manutenções recorrentes e os impactos ambientais causados por constantes escavações e intervenções no solo urbano;

8.4. Conformidade Sanitária e Ambiental

8.4.1. Os materiais fornecidos (PVC, Ferro Fundido, Metais) devem ser fabricados com componentes inertes que não promovam a lixiviação de substâncias tóxicas para a água potável. A contratada deve assegurar que os insumos entregues possuam certificações de conformidade com as normas ambientais de fabricação, garantindo a segurança sanitária da população e a preservação da qualidade do solo;

8.5. Gerenciamento de Resíduos Sólidos

8.5.1 A contratada deverá adotar práticas de logística que minimizem o uso de embalagens desnecessárias. Durante a aplicação dos materiais em campo, o SAAE assegurará a destinação ambientalmente adequada de sobras de tubulações substituídas, embalagens e anéis de vedação avariados, em estrita conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), priorizando a reciclagem de materiais plásticos e metálicos;

8.6. Sustentabilidade Logística e Social

8.6.1. A logística de entrega parcelada deve ser planejada para otimizar as rotas de transporte, visando a redução da emissão de gases poluentes pela frota de entrega. No âmbito social, o fornecimento deverá observar rigorosamente a legislação trabalhista e de segurança do trabalho, garantindo que o ciclo de suprimentos do SAAE de Santa Cruz/RN fomente práticas comerciais éticas e ambientalmente responsáveis.

9. CRITÉRIOS SOCIAIS E TRABALHISTAS:

9.1. Na execução do objeto em tela, visando garantir condições justas e dignas de trabalho, definem-se os seguintes critérios:

I) **Condições de Trabalho:** O fornecedor deve garantir condições de trabalho justas e seguras, com proibição do trabalho infantil e mão de obra forçada, bem como se alinhar ao cumprimento das leis trabalhistas e dos direitos humanos.



II) Práticas de Comércio Justo: O fornecedor deve estar alinhado com as diretrizes que visam promover a equidade nas relações comerciais, a promoção do desenvolvimento social e ambiental das comunidades, bem como promover a transparência da cadeia de fornecimento, fomentando o respeito aos direitos humanos e trabalhistas.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

10.1. A medição e o pagamento dos materiais contratados serão realizados com base no efetivo fornecimento das conexões hidráulicas e no ateste de conformidade técnica pela fiscalização da Autarquia. O processo seguirá o fluxo de entregas parceladas conforme as Ordens de Fornecimento emitidas, em estrita observância aos princípios da legalidade e eficiência, conforme a Lei nº 14.133/2021.

10.2. Procedimentos de Medição

10.2.1. A medição será realizada pelo servidor designado como Fiscal do Contrato, que avaliará cada entrega com base nos seguintes critérios:

- a) Conferência Quantitativa: Verificação se a quantidade de conexões entregues corresponde exatamente ao solicitado na Ordem de Fornecimento e à Nota Fiscal apresentada;
- b) Conferência Qualitativa e Normativa: Validação técnica das especificações, verificando se as peças atendem às normas NBR, aos diâmetros e às classes de pressão exigidos;
- c) Validação da Padronização: Verificação obrigatória se as conexões de PVC pertencem às marcas estabelecidas (Crona, Tigre, Amanco ou Fortlev) e se apresentam integridade física (ausência de trincas, rebarbas ou defeitos de injeção);
- d) Documentação Técnica: Verificação de certificados de garantia ou laudos de ensaios de fábrica, quando solicitados pela Administração no ato da entrega.

10.3. Condições de Pagamento

10.3.1. O pagamento será efetuado de forma proporcional a cada entrega realizada e aceita, mediante a apresentação da Nota Fiscal acompanhada do Termo de Recebimento Definitivo atestado pela fiscalização. O prazo para liquidação e pagamento será de até 10 (dez) dias úteis após o atesto da nota, em conformidade com o cronograma financeiro da Autarquia e o Art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

10.4. Requisitos para Liberação Financeira

10.4.1. A liberação de qualquer pagamento estará condicionada:

- a) à comprovação de que a empresa contratada se mantém em situação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- b) à inexistência de pendências de substituição de materiais recusados por defeito ou desconformidade técnica em entregas anteriores;
- c) à aplicação de eventuais glosas ou sanções por atrasos injustificados no prazo de entrega estabelecido na Ordem de Fornecimento.

10.5. Garantias Contratuais

10.5.1. Caso haja exigência de garantia contratual conforme previsto no Edital, esta poderá ser utilizada para ressarcimento de prejuízos causados pela entrega de materiais defeituosos que venham a comprometer a rede de abastecimento, ou em casos de inexecução total ou parcial das obrigações, nos termos do Art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

11.1. O processo de seleção será estruturado para garantir ao SAAE a escolha da proposta que melhor concilie a qualidade técnica dos materiais com a economicidade, assegurando que o fornecedor possua capacidade logística e marcas que atendam à padronização exigida. A seleção dar-se-á da seguinte forma:

- a) Modalidade Licitatória e Regime: O SAAE realizará o processo de licitação na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, adotando o Sistema de Registro de Preços (SRP). Esta escolha justifica-se pela conveniência



administrativa em planejar a aquisição de forma parcelada, permitindo que o fornecimento das conexões ocorra conforme a necessidade das equipes de manutenção e a demanda operacional da rede de abastecimento. O certame será conduzido por Agente de Contratação ou Pregoeiro designado, em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021;

b) Critério de Julgamento e Avaliação de Propostas: As propostas serão julgadas pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE. A avaliação abrangerá a verificação da conformidade das especificações técnicas das conexões, o atendimento às normas NBR aplicáveis e, obrigatoriamente, a observância da padronização de marcas para os itens de PVC (Crona, Tigre, Amanco ou Fortlev), conforme descrito neste Termo de Referência;

c) Verificação de Habilitação e Qualificação: O licitante vencedor deverá comprovar cabalmente sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, além da qualificação econômico-financeira necessária para suportar o fornecimento. A qualificação técnica será aferida nos termos do Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, exigindo-se a comprovação de experiência anterior no fornecimento de materiais de saneamento de natureza e porte compatíveis com o objeto licitado;

d) Diligências e Amostras: A Administração reserva-se o direito de realizar diligências para verificar a veracidade dos atestados apresentados ou, se necessário, solicitar catálogos técnicos e amostras de itens específicos para validar a qualidade e a padronização das marcas ofertadas. O objetivo é assegurar que as conexões adquiridas possuam a resistência e a durabilidade necessárias para as intervenções na infraestrutura hídrica de Santa Cruz/RN, evitando produtos de baixa qualidade que onerem a manutenção pública.

12. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO (MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO):

12.1. A execução do objeto deverá ocorrer de forma planejada e célere, observando-se os princípios da eficiência e da continuidade do serviço público de saneamento. A contratada deverá empregar métodos e estratégias de logística que garantam o fluxo contínuo de suprimento das conexões hidráulicas, assegurando que as ordens de fornecimento sejam atendidas sem gerar desabastecimento no estoque operacional da Autarquia.

12.2. Execução das Entregas e Etapas Técnicas

12.2.1. A empresa contratada será integralmente responsável por todas as etapas do fornecimento, que compreendem:

- a) o fornecimento, transporte, carga e descarga de todas as conexões hidráulicas nos locais designados pelo SAAE;
- b) a separação rigorosa dos materiais conforme as especificações de diâmetro, material e classe de pressão solicitados;
- c) a garantia de que as conexões de PVC atendam estritamente à padronização de marcas exigida (Crona, Tigre, Amanco ou Fortlev);
- d) o fornecimento dos acessórios de vedação (anéis, juntas ou borrachas) compatíveis e integrados às peças entregues;
- e) a apresentação de catálogos técnicos ou certificados de conformidade sempre que solicitado pela fiscalização para validar a qualidade do lote;
- f) a substituição imediata de peças que apresentem vícios de fabricação, porosidade ou danos decorrentes do transporte.

12.3. Padrões de Conformidade e Qualidade

12.3.1. Todas as conexões fornecidas deverão obedecer rigorosamente aos padrões técnicos exigidos pela ABNT (NBR), devendo estar em perfeito estado de conservação, sem rebarbas, trincas ou deformações. É requisito indispensável que os materiais sejam compatíveis com a infraestrutura já instalada e com as pressões de trabalho da rede municipal, garantindo durabilidade e segurança sanitária no contato com a água tratada.

12.4. Logística e Cronograma de Suprimento



12.4.1. O prazo para a entrega dos materiais será contado a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, devendo a logística de transporte ser previamente coordenada com o setor de almoxarifado do SAAE. As entregas deverão ocorrer em dias e horários de expediente administrativo, salvo em casos de extrema urgência operacional devidamente justificados pela Autarquia, visando o pronto atendimento às manutenções da população de Santa Cruz/RN.

12.5. Responsabilidades e Garantias da Contratada

12.5.1. Caberá à contratada providenciar, por sua conta e risco, todo o suporte logístico, veículos e mão de obra necessários para o descarregamento dos materiais. A empresa assume a responsabilidade integral pelos custos de frete, seguros e tributos, bem como pela correção imediata de falhas no fornecimento ou divergências de marca constatadas no ato do recebimento, observando sempre as normas de segurança e de preservação ambiental no manuseio dos insumos.

12.6. Fiscalização e Gestão de Recebimento

12.6.1. A Administração designará fiscal técnico e gestor de contrato para acompanhar cada entrega. Estes profissionais terão autonomia para recusar materiais que não atendam à padronização de marcas, apresentem qualidade inferior ou estejam em desacordo com as normas técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo que o suprimento das conexões atenda aos interesses e à segurança operacional do SAAE de Santa Cruz/RN.

13. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

13.1. O objeto desta contratação compreende o registro de preços para a aquisição de conexões hidráulicas visando a manutenção corretiva, preventiva e a expansão das redes de distribuição de água e coleta de esgoto do SAAE de Santa Cruz/RN. Os materiais devem ser entregues em perfeito estado, sendo obrigatoriamente compatíveis com as normas técnicas da ABNT e com a infraestrutura de tubulações já operada pela Autarquia.

13.2. Padronização e Qualidade dos Materiais (PVC):

- a) Em virtude da necessidade de garantir a compatibilidade dimensional absoluta, a estanqueidade das juntas e a eficiência nas intervenções de campo, todas as conexões de PVC deverão pertencer, obrigatoriamente, a uma das seguintes marcas de referência: CRONA, TIGRE, AMANCO ou FORTLEV;
- b) A exigência fundamenta-se na padronização técnica já adotada pela Autarquia, visando evitar falhas de acoplamento, vazamentos por variações de milimetragem entre fabricantes distintos e garantir a durabilidade dos reparos na malha hídrica municipal;
- c) Não serão aceitas conexões de PVC de marcas diversas das especificadas, sendo a conferência da logomarca gravada no corpo da peça requisito indispensável para o aceite técnico no ato da entrega.

13.3. Conexões em Ferro Fundido, Metais e Outros Materiais:

- a) As conexões em Ferro Fundido Dúctil devem possuir revestimento interno e externo anticorrosivo (pintura betuminosa ou epóxi), atendendo rigorosamente à NBR 7675 ou equivalente, garantindo resistência à oxidação em ambientes agressivos;
- b) As conexões metálicas (latão, bronze ou galvanizados) para ramais prediais devem apresentar acabamento uniforme, roscas conforme padrão NBR e ausência de porosidade que possa comprometer a pressão de trabalho;
- c) Todas as peças que exijam vedação elástica deverão ser entregues acompanhadas dos respectivos anéis de borracha (juntas), fabricados em material inerte e resistente, garantindo a vedação sob as pressões nominais (PN) especificadas.

13.4. Funcionalidades e Requisitos de Conformidade:

- a) As conexões devem suportar as pressões de serviço da rede de Santa Cruz/RN, apresentando classe de pressão compatível com o trecho de aplicação;
- b) Todas as peças devem possuir identificação clara e permanente do fabricante, diâmetro nominal e classe de pressão gravados em seu corpo, facilitando a fiscalização e a gestão de ativos;



c) É vedado o fornecimento de peças reconcondicionadas, com sinais de uso, oxidação prévia, deformações térmicas ou quaisquer vícios de fabricação que coloquem em risco a integridade da rede de abastecimento.

13.5. Garantia e Suporte Técnico:

a) Todos os itens contarão com garantia contra defeitos de fabricação de, no mínimo, 12 (doze) meses. Constatada qualquer falha de fabricação ou porosidade durante a instalação, a contratada deverá realizar a substituição imediata do item;

b) A contratada deve estar apta a fornecer suporte técnico sobre a aplicação dos materiais, bem como apresentar catálogos e laudos de ensaios de pressão sempre que solicitado pela fiscalização do SAAE.

13.6. Relação Detalhada de Itens e Quantitativos Estimados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	UNIT.	TOTAL
LOTE 01					
01	ADAPTADOR LR PVC 20MM X 1/2" NBR 5648	2.000	Und.	R\$ 1,16	R\$ 2.320,00
02	ADAPTADOR LR PVC 25MM X 3/4" NBR 5648	400	Und.	R\$ 1,15	R\$ 620,00
03	ADAPTADOR LR PVC 32MM X 1" NBR 5648	50	Und.	R\$ 2,34	R\$ 117,00
04	ADAPTADOR LR PVC 60MM X 2" NBR 5648	20	Und.	R\$ 13,290	R\$ 265,80
05	ADAPTADOR LR PVC 75MM X 2 1/2" NBR 5648	10	Und.	R\$ 31,70	R\$ 317,00
06	ADAPTADOR LR PVC 85MM X 3" NBR 5648	10	Und.	R\$ 40,47	R\$ 404,70
07	ADAPTADOR LR PVC 110MM X 4" NBR 5648	10	Und.	R\$ 85,92	R\$ 859,20
08	ADESIVO PVC 75G BISNAGA	800	Und.	R\$ 7,72	R\$ 6.176,00
09	ANEL DEFOFO DE BORRACHA P/PVC DN 150MM	200	Und.	R\$ 26,97	R\$ 5.394,00
10	ANEL DEFOFO DE BORRACHA P/PVC DN 200MM	200	Und.	R\$ 62,63	R\$ 12.526,00
11	ANEL DEFOFO DE BORRACHA P/PVC DN 250MM	100	Und.	R\$ 75,40	R\$ 7.540,00
12	ANEL PBA DE BORRACHA P/PVC DN 50/ DE 60MM	200	Und.	R\$ 5,93	R\$ 1.186,00
13	ANEL PBA DE BORRACHA P/PVC DN 65/ DE 75MM	200	Und.	R\$ 8,12	R\$ 1.624,00
14	ANEL PBA DE BORRACHA P/PVC DN 75/ DE 85MM	400	Und.	R\$ 9,73	R\$ 3.892,00
15	ANEL 2GS DE BORRACHA P/FERRO FUNDIDO DN 100MM	300	Und.	R\$ 21,70	R\$ 6.510,00
16	ANEL 2GS DE BORRACHA P/FERRO FUNDIDO DN 150MM	300	Und.	R\$ 39,02	R\$ 11.706,00
17	ANEL 2GS DE BORRACHA P/FERRO FUNDIDO DN 200MM	200	Und.	R\$ 49,67	R\$ 9.934,00
18	ANEL 2GS DE BORRACHA P/FERRO FUNDIDO DN 250MM	100	Und.	R\$ 66,89	R\$ 6.689,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

19	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA PVC 25MMX20MM	7.000	Und.	R\$ 1,16	R\$ 8.120,00
20	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA PVC 32MMX25MM	150	Und.	R\$ 1,87	R\$ 280,50
21	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA PVC 60MMX50MM	40	Und.	R\$ 8,22	R\$ 328,80
22	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA PVC 75MMX60MM	40	Und.	R\$ 32,27	R\$ 1.290,80
23	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA PVC 110MMX60MM	40	Und.	R\$ 83,07	R\$ 3.322,80
24	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA PVC 50MMX25MM	30	Und.	R\$ 4,67	R\$ 140,10
25	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA PVC 50MMX32MM	30	Und.	R\$ 6,17	R\$ 185,10
26	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA PVC 60MMX25MM	30	Und.	R\$15,46	R\$ 463,80
27	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA PVC 60MMX50MM	30	Und.	R\$ 18,89	R\$ 566,70
28	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA PVC 75MMX50MM	30	Und.	R\$ 25,24	R\$ 757,20
29	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA PVC 85MMX60MM	30	Und.	R\$ 37,51	R\$ 1.125,30
30	FITA VEDA ROSCA 18MMX50M	300	Und	R\$ 7,49	R\$ 2.247,00
31	JOELHO 90° SOLDÁVEL PVC 20MM NBR 5648	8.000	Und.	R\$ 0,80	R\$ 6.400,00
32	JOELHO 90° SOLDÁVEL PVC 25MM NBR 5648	500	Und.	R\$ 1,15	R\$ 575,00
33	JOELHO 90° SOLDÁVEL PVC 32MM NBR 5648	200	Und.	R\$ 2,67	R\$ 534,00
34	JOELHO 90°SOLDÁVEL PVC 50MM NBR 5648	200	Und.	R\$ 5,74	R\$ 1.148,00
35	JOELHO 90° SOLDÁVEL PVC 60MM NBR 5648	300	Und.	R\$ 24,90	R\$ 7.470,00
36	JOELHO 90° SOLDÁVEL PVC 75MM NBR 5648	100	Und.	R\$ 134,93	R\$ 13.493,00
37	JOELHO 90° SOLDÁVEL PVC 85MM NBR 5648	100	Und.	R\$ 150,97	R\$ 15.097,00
38	JOELHO 90° SOLDÁVEL PVC 110MM NBR 5648	60	Und.	R\$ 326,95	R\$ 19.617,00
39	JOELHO LR PVC 90° DE 25X1/2" NBR 5648	800	Und.	R\$ 2,40	R\$ 1.920,00
40	JOELHO SOLDÁVEL 90° PVC REDUZIDO 25X20MM NBR 5648	400	Und.	R\$ 4,15	R\$ 1.660,00
41	JOELHO LR PVC 90° DE 20X1/2" NBR 5648	2.000	Und.	R\$ 2,05	R\$ 4.100,00
42	JOELHO LR PVC 90° DE 25X3/4" NBR 5648	6.000	Und.	R\$ 3,49	R\$ 20.940,00
43	LUVA LR PVC DE 25X1/2" NBR 5648	1.000	Und.	R\$ 2,63	R\$ 2.630,00
44	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL PVC 25MMX20MM NBR 5648	3.000	Und.	R\$ 2,04	R\$ 6.120,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

45	LUVA LR PVC DE 20X1/2" NBR 5648	2.000	Und.	R\$ 2,35	R\$ 4.700,00
46	LUVA LR PVC DE 25X3/4" NBR 5648	7.000	Und.	R\$ 3,36	R\$ 23.520,00
47	LUVA LR PVC DE 32X1" NBR 5648	200	Und.	R\$ 5,79	R\$ 1.158,00
48	LUVA LR PVC DE 50X1.1/2" NBR 5648	50	Und.	R\$ 18,67	R\$ 933,50
49	LUVA SOLDABEL PVC DE 20MM NBR 5648	8.000	Und.	R\$ 1,15	R\$ 9.200,00
50	LUVA SOLDABEL PVC DE 25MM NBR 5648	800	Und.	R\$ 1,32	R\$ 1.056,00
51	LUVA SOLDABEL PVC DE 32MM NBR 5648	400	Und.	R\$ 2,53	R\$ 1.012,00
52	LUVA SOLDABEL PVC DE 50MM NBR 5648	400	Und.	R\$ 5,31	R\$ 2.124,00
53	LUVA SOLDABEL PVC DE 60MM NBR 5648	800	Und.	R\$ 18,45	R\$ 14.760,00
54	LUVA SOLDABEL PVC DE 75MM NBR 5648	200	Und.	R\$ 24,51	R\$ 4.902,00
55	LUVA SOLDABEL PVC DE 85MM NBR 5648	100	Und.	R\$ 62,59	R\$ 6.259,00
56	LUVA SOLDABEL PVC DE 110MM NBR 5648	100	Und.	R\$ 112,17	R\$ 11.217,00
57	SERRA MANUAL SAFE-FLEX BI-BIMETAL UNIQUE 12" 18D	600	Und.	R\$ 14,90	R\$ 8.940,00
58	TE SOLDABEL PVC DE 20MM NBR 5648	1.000	Und.	R\$ 1,22	R\$ 1.220,00
59	TE SOLDABEL PVC DE 25MM NBR 5648	300	Und.	R\$ 1,60	R\$ 480,00
60	TE SOLDABEL PVC DE 32MM NBR 5648	200	Und.	R\$ 3,91	R\$ 782,00
61	TE SOLDABEL PVC DE 50MM NBR 5648	200	Und.	R\$ 10,71	R\$ 2.142,00
62	TE SOLDABEL PVC DE 60MM NBR 5648	200	Und.	R\$ 27,27	R\$ 5.454,00
63	TE SOLDABEL PVC DE 75MM NBR 5648	100	Und.	R\$ 92,12	R\$ 9.212,00
64	TE SOLDABEL PVC DE 85MM NBR 5648	80	Und.	R\$ 158,05	R\$ 12.644,00
65	TE SOLDABEL PVC DE 110MM NBR 5648	100	Und.	R\$ 220,18	R\$ 22.018,00
66	TE DE REDUÇÃO SOLDABEL PVC DE 110MMX60MM NBR 5648	50	Und.	R\$ 230,55	R\$ 11.527,50
67	TE LRL PVC DE 25X1/2" NBR 5648	200	Und.	R\$ 3,90	R\$ 780,00
68	TE LRL PVC DE 20X1/2" NBR 5648	200	Und.	R\$ 3,18	R\$ 636,00
69	TE LR PVC DE 25X3/4" NBR 5648	200	Und.	R\$ 6,14	R\$ 1.228,00
70	PASTA LUBRIFICANTE 950G	50	Und.	R\$ 43,94	R\$ 2.197,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

71	UNIÃO SOLDÁVEL PVC DE 20MM NBR 5648	200	Und.	R\$ 8,79	R\$ 1.758,00
72	UNIÃO SOLDÁVEL PVC DE 25MM NBR 5648	100	Und.	R\$ 11,23	R\$ 1.123,00
73	UNIÃO SOLDÁVEL PVC DE 32MM NBR 5648	10	Und.	R\$ 16,77	R\$ 167,70
74	UNIÃO SOLDÁVEL PVC DE 50MM NBR 5648	10	Und.	R\$ 37,25	R\$ 372,50
75	UNIÃO SOLDÁVEL PVC DE 60MM NBR 5648	10	Und.	R\$ 81,72	R\$ 817,20
76	UNIÃO SOLDÁVEL PVC DE 85MM NBR 5648	10	Und.	R\$ 243,62	R\$ 2.436,20
77	UNIÃO SOLDÁVEL PVC DE 110MM NBR 5648	10	Und.	R\$ 400,70	R\$ 4.007,00
78	REGISTRO PVC SOLDÁVEL ESPERA C/BORBOLETA DE 20MM	3.000	Und.	R\$ 6,05	R\$ 18.150,00
79	REGISTRO PVC SOLDÁVEL ESPERA C/BORBOLETA DE 25MM	50	Und.	R\$ 7,45	R\$ 372,50
80	REGISTRO PVC SOLDÁVEL ESPERA C/BORBOLETA DE 32MM	30	Und.	R\$ 10,74	R\$ 322,20
81	REGISTRO PVC SOLDÁVEL ESPERA C/BORBOLETA DE 50MM	30	Und.	R\$ 24,77	R\$ 743,10
82	REGISTRO PVC SOLDÁVEL ESPERA C/BORBOLETA DE 60MM	30	Und.	R\$ 55,91	R\$ 1.677,30
83	REGISTRO PVC SOLDÁVEL ESPERA C/BORBOLETA DE 75MM	30	Und.	R\$ 135,83	R\$ 4.074,90
84	REGISTRO PVC SOLDÁVEL ESPERA C/BORBOLETA DE 85MM	30	Und.	R\$ 221,13	R\$ 6.633,90
85	REGISTRO PVC SOLDÁVEL ESPERA C/BORBOLETA DE 110MM	30	Und.	R\$ 299,91	R\$ 8.997,30
LOTE 2					
86	CAP COLETOR ESGOTO PVC DN 150MM NBR 7362	40	Und.	R\$ 71,31	R\$ 2.852,40
87	CURVA COLETOR ESGOTO LONGA PVC 90° DN 150MM NBR 7362	40	Und.	R\$ 212,41	R\$ 8.496,40
88	CURVA COLETOR ESGOTO LONGA PVC 90° DN 200MM NBR 7362	15	Und.	R\$ 280,95	R\$ 4.214,25
89	CURVA COLETOR ESGOTO LONGA PVC 90° DN 300MM NBR 7362	6	Und.	R\$ 1.167,89	R\$ 7.007,34
90	JOELHO ESGOTO PREDIAL PVC 90° PRIM DN 100MM NBR 5688	300	Und.	R\$ 7,25	R\$ 2.175,00
91	JOELHO ESGOTO PREDIAL PVC 90° PRIM DN 150MM NBR 5688	100	Und.	R\$ 52,06	R\$ 5.206,00
92	JOELHO ESGOTO PREDIAL PVC 90° PRIM DN 75MM NBR 5688	100	Und.	R\$ 5,36	R\$ 536,00
93	JOELHO ESGOTO PREDIAL PVC 45° PRIM DN 100MM NBR 5688	60	Und.	R\$ 9,37	R\$ 562,20
94	TÊ COLETOR DE ESGOTO BBB PVC DN 150X150MM NBR 7362	20	Und.	R\$ 164,92	R\$ 3.298,40
95	TÊ COLETOR DE ESGOTO BBB PVC DN 200X200MM NBR 7362	20	Und.	R\$ 272,90	R\$ 5.458,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

96	TÊ COLETOR DE ESGOTO BBB PVC DN 250X250MM NBR 7362	10	Und.	R\$ 697,26	R\$ 6.972,60
97	TÊ COLETOR DE ESGOTO BBB PVC DN 300X300MM NBR 7362	5	Und.	R\$ 1.142,52	R\$ 5.712,60
98	TE ESGOTO PREDIAL PVC PRIM DN 100 X 100MM NBR 5688	150	Und.	R\$ 15,21	R\$ 2.281,50
99	TE ESGOTO PREDIAL PVC PRIM DN 50 X 50MM NBR 5688	60	Und.	R\$ 8,33	R\$ 499,80
100	TE ESGOTO PREDIAL PVC PRIM DN 75 X 75MM NBR 5688	60	Und.	R\$ 18,52	R\$ 1.111,20
LOTE 3					
101	REGISTRO BRONZE GAV RES BRUTO C/VOL ROSC DN 2"	10	Und.	R\$ 371,43	R\$ 3.714,30
102	REGISTRO BRONZE GAV RES BRUTO C/VOL ROSC DN 3"	10	Und.	R\$ 786,78	R\$ 7.867,80
103	REGISTRO BRONZE GAV RES BRUTO C/VOL ROSC DN 4"	10	Und.	R\$ 1.504,20	R\$ 15.042,00
104	VÁLVULA RETENÇÃO HORIZONTAL BRONZE HORIZONTAL PN16 2" (50MM)	10	Und.	R\$ 437,25	R\$ 4.372,50
105	VÁLVULA RETENÇÃO HORIZONTAL BRONZE HORIZONTAL PN16 3" (80MM)	10	Und.	R\$ 1.057,98	R\$ 10.579,80
106	VÁLVULA RETENÇÃO HORIZONTAL BRONZE HORIZONTAL PN16 4" (100MM)	10	Und.	R\$ 1.759,77	R\$ 17.597,70
LOTE 4					
107	CAP SOLDAVEL PVC 20MM NBR 5648	3.500	Und.	R\$ 1,36	R\$ 4.760,00
108	CAP SOLDAVEL PVC 25MM NBR 5648	700	Und.	R\$ 1,66	R\$ 1.162,00
109	CAP SOLDAVEL PVC 32MM NBR 5648	200	Und.	R\$ 2,66	R\$ 532,00
110	CAP SOLDAVEL PVC 50MM NBR 5648	100	Und.	R\$ 6,78	R\$ 678,00
111	CAP SOLDAVEL PVC 60MM NBR 5648	200	Und.	R\$ 10,67	R\$ 2.134,00
112	CAP SOLDAVEL PVC 75MM NBR 5648	100	Und.	R\$ 20,72	R\$ 2.072,00
113	CAP SOLDAVEL PVC 85MM NBR 5648	80	Und.	R\$ 63,16	R\$ 5.052,80
114	CAP SOLDAVEL PVC 110MM NBR 5648	50	Und.	R\$ 74,79	R\$ 3.739,50
115	CAP PBA PVC JEI DN 50/DE 60MM NBR 5647	50	Und.	R\$ 10,10	R\$ 505,00
116	CAP PBA PVC JEI DN 75/DE 85MM NBR 5647	50	Und.	R\$ 23,53	R\$ 1.176,50
117	CAP PBA PVC JEI DN 100/DE 110MM NBR 5647	50	Und.	R\$ 60,87	R\$ 3.043,50
118	CURVA PVC PBA 90° DN 100MM DE 110MM NBR 5647	40	Und.	R\$ 102,48	R\$ 4.099,20
119	CURVA PVC PBA 90° DN 75MM DE 85MM NBR 5647	40	Und.	R\$ 132,25	R\$ 5.290,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

120	CURVA PVC PBA 90° DN 50MM DE 60MM NBR 5647	50	Und.	R\$ 46,18	R\$ 2.309,00
121	CURVA PVC PBA 45° DN 100MM DE 110MM NBR 5647	40	Und.	R\$ 159,83	R\$ 6.393,20
122	REDUÇÃO PBA PB PVC DN 75/50 X 85/60 NBR 5647	80	Und.	R\$ 51,77	R\$ 4.141,60
123	REDUÇÃO PBA PB PVC DN 100/50 X DE 110/60 NBR 5647	60	Und.	R\$ 68,77	R\$ 4.126,20
124	REDUÇÃO PBA PB PVC DN 100/75 X DE 110/85 NBR 5647	70	Und.	R\$ 92,34	R\$ 6.463,80
LOTE 5					
125	LUVA DE CORRER DEFOFO PVC DN 150MM	200	Und.	R\$ 178,53	R\$ 35.706,00
126	LUVA DE CORRER DEFOFO PVC DN 200MM	150	Und.	R\$ 275,76	R\$ 41.364,00
127	LUVA DE CORRER DEFOFO PVC DE 250MM	50	Und.	R\$ 711,46	R\$ 35.573,00
128	LUVA DE CORRER PVC DN 100/ DE 110 PBA NBR 5647	150	Und.	R\$ 122,21	R\$ 18.331,50
129	LUVA DE CORRER PVC DN 65 DE 75 PBA NBR 5647	200	Und.	R\$ 163,41	R\$ 32.682,00
130	LUVA DE CORRER PVC DN 75 DE 85 PBA NBR 5647	120	Und.	R\$ 81,45	R\$ 9.774,00
131	LUVA DE CORRER PVC DN 50 DE 60 PBA NBR 5647	400	Und.	R\$ 24,57	R\$ 9.828,00
132	LUVA DE CORRER SOLDAVEL PVC 20MM NBR 5648	500	Und.	R\$ 12,39	R\$ 6.195,00
133	LUVA DE CORRER SOLDAVEL PVC 25MM NBR 5648	100	Und.	R\$ 13,71	R\$ 1.371,00
134	LUVA DE CORRER SOLDAVEL PVC 32MM NBR 5648	60	Und.	R\$ 24,83	R\$ 1.489,80
135	LUVA DE CORRER SOLDAVEL PVC 50MM NBR 5648	300	Und.	R\$ 35,93	R\$ 10.779,00
LOTE 6					
136	COLAR TOMADA PVC C/TRAVAS 50MMX1/2"	500	Und.	R\$ 19,15	R\$ 9.575,00
137	COLAR TOMADA PVC C/TRAVAS 60MMX1/2"	1.000	Und.	R\$ 21,44	R\$ 21.440,00
138	COLAR TOMADA PVC C/TRAVAS 75MMX1/2"	300	Und.	R\$ 24,32	R\$ 7.296,00
139	COLAR TOMADA PVC C/TRAVAS 85MMX1/2"	300	Und.	R\$ 32,21	R\$ 9.663,00
140	COLAR TOMADA PVC C/TRAVAS 110MMX1/2"	200	Und.	R\$ 35,26	R\$ 7.052,00
LOTE 7					
141	COLAR F° F° DE TOMADA P/PVC PBA DE 60X3/4"	200	Und.	R\$ 121,16	R\$ 24.232,00
142	COLAR F° F° DE TOMADA P/PVC PBA DE 85X3/4"	250	Und.	R\$ 150,47	R\$ 37.617,50



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

143	COLAR F° F° DE TOMADA P/PVC PBA DE 110X3/4"	200	Und.	R\$ 162,96	R\$ 32.592,00
144	COLAR F° F° DE TOMADA P/PVC DEFOFO DN 150X3/4"	200	Und.	R\$ 182,32	R\$ 36.464,00
145	COLAR F° F° DE TOMADA P/PVC DEFOFO DN 200X3/4"	150	Und.	R\$ 268,56	R\$ 40.284,00
146	COLAR F° F° DE TOMADA P/PVC DEFOFO DN 250X3/4"	30	Und.	R\$ 296,18	R\$ 8.885,40
LOTE 8					
147	REGISTRO F° F° GAVETA CHAT BB CAB PVC PBA CE DN 50 DE 60MM	20	Und.	R\$ 583,94	R\$ 11.678,80
148	REGISTRO F° F° GAVETA CHAT BB CAB PVC PBA CE DN 75 DE 85MM	30	Und.	R\$ 876,81	R\$ 26.304,30
149	REGISTRO F° F° GAVETA CHAT BB CAB PVC PBA CE DN 100 DE 110MM	20	Und.	R\$ 1.171,09	R\$ 23.421,80
150	REGISTRO F° F° GAVETA CHAT BB JGS CAB CE DN 150 DE 170MM	8	Und.	R\$ 2.825,50	R\$ 22.604,00
151	REGISTRO F° F° GAVETA CHAT BB JGS CAB CE DN 200 DE 222MM	8	Und.	R\$ 5.382,17	R\$ 43.057,36
152	REGISTRO F° F° GAVETA CHAT BB JGS CAB CE DN 250 DE 274MM	3	Und.	R\$ 6.580,14	R\$ 19.740,42
153	REGISTRO F° F° GAVETA CHAT BB JGS CAB CE DN 300 DE 326MM	5	Und.	R\$ 11.079,93	R\$ 55.399,65
154	REGISTRO F° F° GAVETA CHAT FLANG CAB PN 10 CE DN50MM	2	Und.	R\$ 764,61	R\$ 1.529,22
155	REGISTRO F° F° GAVETA CHAT FLANG CAB PN 10 CE DN75MM	10	Und.	R\$ 1.620,19	R\$ 16.201,90
156	REGISTRO F° F° GAVETA CHAT FLANG CAB PN 10 CE DN100MM	8	Und.	R\$ 1.437,01	R\$ 11.496,08
157	REGISTRO F° F° GAVETA CHAT FLANG CAB PN 10 CE DN150MM	5	Und.	R\$ 2.017,90	R\$ 10.089,50
158	REGISTRO F° F° GAVETA CHAT FLANG CAB PN 10 CE DN200MM	3	Und.	R\$ 3.405,50	R\$ 10.216,50
159	REGISTRO F° F° GAVETA CHAT FLANG CAB PN 10 CE DN250MM	3	Und.	R\$ 4.394,37	R\$ 13.183,11
160	REGISTRO F° F° GAVETA CHAT FLANG CAB PN 10 CE DN300MM	10	Und.	R\$ 6.725,39	R\$ 67.253,90
LOTE 9					
161	CURVA F° F° BB 45° DN 150MM NBR 7675	20	Und.	R\$ 579,65	R\$ 11.593,00
162	CURVA F° F° BB 45° DN 200MM NBR 7675	10	Und.	R\$ 680,62	R\$ 6.806,20
163	CURVA F° F° BB 45° DN 300MM NBR 7675	30	Und.	R\$ 1.969,12	R\$ 59.073,60
164	CURVA F° F° BB 90° DN 100MM NBR 7675	30	Und.	R\$ 464,46	R\$ 13.933,80
165	CURVA F° F° BB 90° DN 150MM NBR 7675	20	Und.	R\$ 907,78	R\$ 18.155,60
166	CURVA F° F° BB 90° DN 200MM NBR 7675	10	Und.	R\$ 1.400,49	R\$ 14.004,90



167	CURVA Fº Fº BB 90º DN 250MM NBR 7675	10	Und.	R\$ 1.663,18	R\$ 16.631,80
168	TE FºFº BBB REDUZIDO DN 100 X DE 110 P/ PVC NBR 7675	20	Und.	R\$ 579,86	R\$ 11.597,20
169	TE Fº Fº BBB DN 150MM NBR 7675	10	Und.	R\$ 777,91	R\$ 7.779,10
170	TE Fº Fº BBB DN 200MM NBR 7675	10	Und.	R\$ 1.178,60	R\$ 11.786,00
171	TE Fº Fº BBB DN 250MM NBR 7675	10	Und.	R\$ 2.122,53	R\$ 21.225,30
172	TE Fº Fº BBB REDUZIDO DN 150 X 110 P/PVC NBR 7675	10	Und.	R\$ 838,22	R\$ 8.382,20
173	TE Fº Fº BBB REDUZIDO DN 200 X 150MM NBR 7675	10	Und.	R\$ 1.204,53	R\$ 12.045,30
174	TE Fº Fº BBB REDUZIDO DN 200 X 100MM NBR 7675	10	Und.	R\$ 1.308,20	R\$ 13.082,00
175	REDUÇÃO Fº Fº PONTA BOLSA P/PVC DN 150MM X DE 110MM	5	Und.	R\$ 545,15	R\$ 2.725,75
176	REDUÇÃO Fº Fº PONTA BOLSA DN 200 X 150MM JGS	5	Und.	R\$ 925,91	R\$ 4.629,55
177	REDUÇÃO Fº Fº BB 150MM X 100mm PBA NÃO COTOU	5	Und.	R\$ 912,50	R\$ 4.562,50
178	REDUÇÃO Fº Fº BOLSA BOLSA DN 200 X 150MM	5	Und.	R\$ 1.204,13	R\$ 6.020,65
179	REDUÇÃO Fº Fº CONCENTRIC FLANG PN 10 DN 150 X 100MM	5	Und.	R\$ 869,10	R\$ 4.345,50
180	REDUÇÃO Fº Fº CONCENTRIC FLANG PN 10 DN 200 X 150MM	10	Und.	R\$ 1.239,93	R\$ 12.399,30

14. DA AVALIAÇÃO DO CUSTO:

14.1. O custo estimado total do presente objeto é de **R\$ 1.614.753,68 (um milhão seiscentos e quatorze mil setecentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos)**.

14.2. O custo estimado foi precedido através de regular pesquisa, nos moldes do Art. 23 da Lei nº 14.133/21 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

15. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

15.1. O recebimento das conexões hidráulicas será realizado em duas etapas distintas, conforme o disposto no Art. 140 da Lei nº 14.133/2021, estando condicionado à verificação rigorosa da conformidade dos materiais com os requisitos técnicos e a padronização estabelecida neste Termo de Referência.

15.2. Prazo de Entrega e Recebimento Provisório:

15.2.1. O fornecedor deverá efetuar a entrega dos materiais no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra ou Ordem de Fornecimento emitida pela Autarquia.

15.2.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato ou setor de almoxarifado no ato da entrega física dos materiais. Consiste na conferência sumária das quantidades solicitadas e na verificação da integridade das peças, não implicando ainda na aceitação definitiva da qualidade técnica dos insumos.

15.3. Recebimento Definitivo:

15.3.1. Ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, período no qual a equipe técnica do SAAE realizará a inspeção detalhada de cada item. O recebimento definitivo será formalizado mediante atesto na Nota Fiscal ou termo lavrado por servidor designado, após a comprovação de que todas as



especificações foram atendidas e que as conexões entregues não apresentam fissuras, porosidade ou divergências dimensionais.

15.4. Critérios de Aceitação Técnica:

15.4.1. Para que os materiais sejam considerados aceitos e aptos para liquidação financeira, deverão ser rigorosamente observados os seguintes critérios:

- a) Conformidade de Marca (PVC): Verificação obrigatória de que as conexões de PVC pertencem exclusivamente às marcas Crona, Tigre, Amanco ou Fortlev, conforme a padronização técnica exigida;
- b) Conformidade Normativa: Comprovação de que as peças apresentam as gravações de fábrica exigidas (diâmetro, classe de pressão e norma NBR de referência);
- c) Integridade Física: Ausência de quaisquer sinais de rebarbas excessivas, trincas, deformações térmicas ou oxidação que comprometam a aplicação em campo;
- d) Compatibilidade de Acessórios: Verificação de que os anéis de vedação e juntas elásticas acompanham as peças e possuem as dimensões adequadas para garantir a estanqueidade;
- e) Documentação: Entrega de certificados de garantia do fabricante e, quando solicitado, dos laudos de ensaios técnicos do lote entregue.

15.5. A aceitação do objeto somente será formalizada após a constatação do atendimento integral de todos os requisitos deste Termo de Referência. Caso os materiais sejam recusados ou entregues fora do prazo estabelecido de 10 dias, a contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas em edital, devendo providenciar a substituição imediata dos itens desconformes às suas expensas.

16. DAS OBRIGAÇÕES:

16.1. DO ÓRGÃO GERENCIADOR (SAAE):

- a) Receber provisoriamente as conexões hidráulicas, disponibilizando local adequado no almoxarifado central ou pontos de obra para o descarregamento e guarda dos materiais;
- b) Verificar minuciosamente, dentro do prazo de recebimento definitivo, a conformidade das conexões (especialmente a marca dos itens de PVC) com as especificações deste termo;
- c) Acompanhar e fiscalizar rigorosamente o cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor, através de servidor especialmente designado como Fiscal do Contrato/Ata;
- d) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estabelecidos, após o devido atesto de cada entrega parcelada;
- e) Promover a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, como peças com porosidade, trincas ou divergência dimensional;
- f) Fornecer as orientações necessárias e os locais exatos para as entregas, visando viabilizar a logística do fornecedor;
- g) Comunicar ao fornecedor qualquer anormalidade técnica nos materiais, exercendo o direito de recusar o objeto caso este não atenda à padronização de marcas ou às normas NBR;
- h) Orientar o fornecedor para a emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da entrega, conforme o Art. 143 da Lei nº 14.133/2021;
- i) Notificar formalmente o fornecedor sobre inadimplementos contratuais, estabelecendo prazos para a substituição de materiais defeituosos ou regularização de entregas em atraso;
- j) Aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do objeto, na forma da legislação vigente e do edital;
- k) Eximir-se de qualquer responsabilidade por compromissos assumidos pelo fornecedor com terceiros ou por danos causados a terceiros decorrentes de atos da contratada durante o transporte e descarga.

16.2. DO FORNECEDOR (CONTRATADA):

- a) Arcar com todas as despesas de seguros, tributos, fretes, impostos e encargos trabalhistas ou previdenciários decorrentes do fornecimento dos materiais;
- b) Assumir inteira responsabilidade por danos materiais ou pessoais causados a terceiros ou à infraestrutura do SAAE durante o descarregamento das conexões;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura

- c) Manter, durante toda a vigência da Ata, as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas no certame;
- d) Efetuar a entrega das conexões em perfeitas condições, em estrita observância às marcas padronizadas para PVC (Crona, Tigre, Amanco ou Fortlev) e às normas técnicas para os demais itens;
- e) Promover a entrega dos materiais acompanhados de Nota Fiscal detalhada, contendo marcas, modelos, diâmetros e prazos de garantia de fábrica;
- f) Responsabilizar-se por vícios e danos decorrentes dos produtos, em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor, especialmente em casos de falha de estanqueidade;
- g) Atender prontamente às exigências da fiscalização inerentes à qualidade dos materiais e à regularidade das entregas parceladas;
- h) Comunicar ao SAAE, com antecedência mínima de 24 horas, eventuais motivos comprovados que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Fornecimento;
- i) Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas e no prazo fixado pela fiscalização, as conexões que apresentarem vícios, defeitos de fabricação ou divergências dimensionais;
- j) Arcar com o ônus de eventuais equívocos no fornecimento de acessórios, devendo complementá-los sem custos para garantir a plena utilização das conexões, conforme as obrigações da Lei nº 14.133/2021.

17. DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

17.1. O prazo de vigência da ARP – Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Art. 84. da Lei 14.133/2021.

18. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da execução é aquela prevista na Lei Federal 14.133/2021.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1. As disposições aqui estabelecidas buscam garantir a plena eficiência no fornecimento de conexões hidráulicas, assegurando que o interesse público e a continuidade do abastecimento de água e coleta de esgoto em Santa Cruz/RN sejam preservados durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. A execução do objeto deverá pautar-se pela boa-fé, pela transparência e pela busca constante da qualidade na infraestrutura de saneamento básico.

19.2. Diretrizes Complementares e Autonomia da Fiscalização:

- a) os casos omissos neste Termo de Referência serão resolvidos pela Diretoria do SAAE, com base nos princípios gerais de Direito Público e nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas normas técnicas específicas da ABNT;
- b) a fiscalização técnica da Autarquia terá total autonomia para exigir a substituição de lotes de conexões que, embora novos, apresentem falhas de fabricação, porosidade ou desconformidade com a padronização de marcas exigida;
- c) a existência de fiscalização pelo SAAE não exclui nem reduz a responsabilidade integral da contratada pela qualidade e durabilidade dos materiais fornecidos, inclusive perante terceiros ou órgãos de controle.

19.3. Propriedade e Conformidade dos Materiais:

- a) todos os certificados de garantia, laudos técnicos e manuais de aplicação fornecidos em decorrência desta contratação passarão a integrar o acervo técnico do SAAE de Santa Cruz/RN para fins de controle de ativos e manutenção futura;
- b) os materiais entregues deverão possuir identificação clara do fabricante e especificações técnicas gravadas de forma indelével no corpo das peças, conforme exigido pelas normas brasileiras de fabricação.

19.4. Vinculação e Publicidade:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura

a) este Termo de Referência integra o Edital de licitação para todos os fins, vinculando a futura contratada ao cumprimento integral das especificações de materiais, prazos de entrega de 10 dias e requisitos de padronização aqui descritos;

b) toda a comunicação oficial entre o SAAE e o fornecedor deverá ocorrer por escrito, preferencialmente por meio eletrônico oficial, garantindo o registro histórico das Ordens de Fornecimento e a rastreabilidade das etapas de entrega, medição e pagamento.

19.5. A conclusão deste documento encerra o planejamento técnico para o suprimento de materiais hidráulicos do município, reafirmando o compromisso do SAAE com a eficiência operacional, a redução de perdas hídricas e a excelência na prestação de serviços à comunidade de Santa Cruz/RN.

Santa Cruz/RN, em 14 de abril de 2026.

MARINÊS VIANA DE MOURA

Chefe da Seção de Serviços, Material e Transporte



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

ANEXO II – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP

ARP – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____ – MINUTA

Em ____ de _____ de _____, o SAAE DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 08.520.389/0001-08, com sede à Av. Rio Branco, nº 609, Centro, Santa Cruz/RN, neste ato representado pelo Sr. GILVA DA SILVA PONTES, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXX, brasileiro, casado, servidor público, residente e domiciliado no Município de Santa Cruz/RN, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP) decorrente da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026-SRP, cujo objetivo é o Registro de preços para futura e parcelada aquisição de conexões para atendimento às necessidades produtivas do SAAE Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Santa Cruz/RN, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, nos termos do Art. 6º, XLV e XLVI e Art. 78, IV, da Lei nº 14.133/2021, regulamentada pelas disposições contidas nos Arts. 143 ao 173 do Decreto Municipal nº 2060/2023, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integram a presente ARP – Ata de Registro de Preços:

- a) ÓRGÃO GERENCIADOR: SAAE do Município de Santa Cruz/RN, responsável pela condução do conjunto de procedimentos relativos à Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP, bem como pelo gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços; e
- b) FORNECEDOR: Pessoa física ou jurídica que desenvolve atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

Art. 3º. Constituem-se obrigações do Órgão Gerenciador:

- a) Gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) Convocar o particular para retirada da ordem de compra ou serviço na sede do Município ou enviar a ordem de compra ou serviço via e-mail;
- c) Observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos, conforme o caso;
- d) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- e) Comunicar aos órgãos participantes, quando existir, possíveis alterações ocorridas na presente ARP; e
- f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na forma definida no Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP.

Art. 4º. O fornecedor obriga-se a:

- a) Entregar o material ou prestar os serviços solicitados no prazo máximo definido no Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP;
- c) Fornecer, conforme o caso, o material conforme especificação, marca e preço registrados na presente ARP;
- d) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Órgão Gerenciador referentes às condições de execução firmadas na presente ARP, bem como no Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP;
- e) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

- f) Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
- g) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão Gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
- h) Cumprir com as obrigações fiscais e trabalhistas relativas à execução do objeto da presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por qualquer falha ou omissão no que se refere aos pagamentos devidos;
- i) Manter, durante a vigência da presente Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e
- j) Executar o objeto desta ARP rigorosa e compulsoriamente nos termos do Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP.

Art. 5º. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 1 (um) ano a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Art. 84 da Lei 14.133/2021.

§ 1º. O prazo de vigência será contado a partir da publicação do extrato desta ARP na Imprensa Oficial do Município de Santa Cruz/RN.

§ 2º. No ato de prorrogação da vigência deste ARP renovam-se os quantitativos registrados.

Art. 6º. Os preços, as quantidades e as especificações do material e/ou serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na “Proposta de Preços” apresentada pelo FORNECEDOR, a qual passa a ser parte integrante deste instrumento, importando a presente em R\$ _____ (_____).

Fornecedor:		
CNPJ:	Telefone:	Email:
Endereço:		
Representante:		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit. (R\$)	Vlr. Total (R\$)
1						
2	...	...	...	...	...	...

§ 1º. O fornecedor poderá solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento, desde que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos.

§ 2º. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 7º. O pagamento pela execução do objeto será realizado conforme a seguir especificado:

- a) O faturamento das despesas será realizado conforme especificação constante na Ordem de Compra/Serviço, devendo ser em nome do Município de Santa Cruz/RN, inscrito no CNPJ sob nº 08.520.389/0001-08, com endereço à Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN;
- b) O pagamento será efetuado ao fornecedor em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo do Setor de Compras Municipal, acompanhada das certidões negativas de débitos referentes à Regularidade Fiscal e Trabalhista legalmente exigíveis;
- c) As notas fiscais/faturas devem ser encaminhadas na forma da alínea “b” acima, mediante protocolo de solicitação de cobrança, e quando apresentarem incorreções serão devolvidas ao fornecedor, de forma que o seu vencimento ocorrerá após a data de sua reapresentação válida para as correções solicitadas, não respondendo o Órgão Gerenciador por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;
- d) O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome do fornecedor;



- e) Ao Órgão Gerenciador fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da execução e aceitação do serviço e/ou do produto, este não estiver em perfeitas condições no que tange a qualidade dos serviços executados e/ou materiais fornecidos, bem assim de acordo com as especificações estipuladas no Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP;
- f) Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o fornecedor for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do celebrado ou a documentação apresentada, a respectiva cobrança perante o Órgão Gerenciador será tornada sem efeito, com a consequente exclusão da lista classificatória de credores;
- g) O fornecedor será reposicionado na lista classificatória a partir da regularização das falhas e/ou, caso seja necessário, da emissão de novo documento fiscal, momento em que será reiniciada a contagem dos prazos de liquidação e pagamentos oponíveis ao fornecedor;
- h) As despesas referentes ao objeto correrão à conta dos recursos do Orçamento Geral do Município e especificadas as dotações orçamentárias descritas nas autorizações de serviço ou de compra emitidas;
- i) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (atualização monetária) devida pelo Órgão Gerenciador, será calculada mediante a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança;
- j) O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo Órgão Gerenciador, decorrente dos serviços e/ou produtos recebidos, constitui motivo para extinção deste ajuste, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao fornecedor o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- k) O atraso injustificado na execução sujeita o fornecedor às sanções cabíveis previstas no Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP;
- l) As demais cláusulas são aquelas previstas no Termo de Referência anexo ao Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP; e
- m) Os pagamentos também deverão observar as disposições constantes no “Capítulo X – Dos Pagamentos” da Lei nº 14.133/2021, no que couber.

Art. 8º. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos firmarem as futuras contratações e/ou aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado a preferência em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados na Imprensa Oficial do Município de Santa Cruz/RN.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado neste ARP poderá ser revisto e atualizado à realidade de mercado do respectivo serviço/insumo, nos termos dos Arts. 163 a 166 do Decreto Municipal nº 2060/2023.

Art. 11. A entrega dos serviços/produtos oriundos desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições, conforme o caso:

- a) Deverão ser entregues no prazo máximo definido no Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP, contado a partir do recebimento da ordem de serviços/compras;
- b) Deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento, assim como pronto para serem utilizados, conforme o caso;
- c) A entrega deverá ser feita na sede do Município, em local definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Santa Cruz/RN, conforme o caso;
- d) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na execução e ou entrega correrão por conta do fornecedor, conforme o caso;
- e) Em se tratando de serviços, a execução deverá ocorrer na forma e prazos estabelecidos no Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP; e
- f) Deverão ser observadas e fielmente cumpridas as demais regras estabelecidas no Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP.



Art. 12. O recebimento e aceitação dos serviços/produtos registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:

- a) O recebimento do serviço/produto deverá ser efetuado pelo servidor (Fiscal do Contrato) responsável pela aceitação do objeto da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP;
- b) Não serão aceitos produtos com prazo de garantia/validade em desacordo com o estabelecido no Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP;
- c) Por ocasião da entrega, o fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor da Administração responsável pelo recebimento.
- d) No ato da entrega do objeto, o servidor designado deverá observar os seguintes parâmetros, conforme o caso:
 - d.1) Se a quantidade está em conformidade com a solicitação efetuada;
 - d.2) Se o prazo de garantia/validade esteja em conformidade com as definições constantes no Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP;
 - d.3) Se as especificações estão em conformidade com o Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP, bem como com a proposta apresentada pelo fornecedor;
 - d.4) Se o objeto está adequado para utilização;
 - d.5) Se o objeto foi plenamente executado e em conformidade com as especificações constantes no Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP; e
 - d.6) Em se tratando de serviços, se a execução ocorreu na forma e prazos estabelecidos no Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP.
- e) O atesto da Nota Fiscal referente ao objeto executado/fornecido apenas será realizado após o recebimento definitivo;
- f) Constatadas irregularidades na execução/entrega do objeto, a Administração poderá:
 - f.1) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes do objeto, determinar sua complementação ou suspender a aquisição e ou execução, sem prejuízos das penalidades cabíveis; e
 - f.2) Se disser respeito à especificação, rejeitar no todo ou em parte, determinando sua substituição ou suspender a aquisição e ou execução, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
- g) Nas hipóteses previstas na alínea “f” anterior, o fornecedor terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) dias úteis, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. Caso o fornecedor cometa quaisquer das infrações previstas no Art. 155, da Lei nº 14.133/2021, estará sujeito às seguintes sanções:

- a) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º. No que se refere ao cometimento de infrações pelo fornecedor, aplicam-se subsidiariamente o disposto no Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP.

§ 2º. A aplicação de qualquer das penalidades previstas nesta cláusula realizar-se-á mediante processo administrativo, no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O fornecedor terá seu registro cancelado:

- l) Por iniciativa da Administração, quando:
 - a) Não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP;
 - b) Recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
 - c) Der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
 - d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo à presente ARP;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

- e) Não manter as condições de habilitação;
- f) Não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
- g) Em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II) Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas nesta ARP e no Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 SRP, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo Órgão Gerenciador, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.

§ 1º. O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado pela autoridade competente.

Art. 15. O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura.

Art. 16. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador nos seguintes casos:

- a) Pelo decurso do prazo de vigência;
- b) Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas;
- d) Por razões de interesse público, devidamente justificadas; e
- e) Em razão de substancial alteração das condições de mercado.

§ 1º. No caso de cancelamento deste ARP ou do preço registrado por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para, havendo interesse, apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Art. 17. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 2060/2023.

Art. 18. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Santa Cruz/RN. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se, a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelo representante do Órgão Gerenciador e pelo fornecedor.

Santa Cruz/RN, _____ de _____ de _____.

Gilvan Pontes da Silva
Pelo Órgão Gerenciador

FORNECEDOR: _____.

Assinatura: _____.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura

ANEXO III – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

MODELO DA DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES E TERMOS DO EDITAL

Ao
SAAE de Santa Cruz
Ref. Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.

DECLARAÇÃO

Declaramos ter ciência e pleno conhecimento dos termos do Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, submetendo-nos às condições nele estabelecidas.

Empresa: _____.

CNPJ: _____.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura

ANEXO IV – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

MODELO DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DO EDITAL

Ao
SAAE de Santa Cruz
Ref. Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins necessários que cumprimos com os requisitos de habilitação constantes no Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, estando cientes que responderemos pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Empresa: _____.

CNPJ: _____.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura

ANEXO V – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

**MODELO DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS
PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Ao
SAAE de Santa Cruz
Ref. Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas da lei e para fins do disposto no Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, que atendemos à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Empresa: _____.

CNPJ: _____.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura

ANEXO VI – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

**MODELO DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPOSTA ECONÔMICA OFERTADA
COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS
TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS NORMAS INFRALEGAIS**

Ao
SAAE de Santa Cruz
Ref. Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas da lei e para fins do disposto no Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, que a “Proposta Econômica” ofertada no evidenciado certame compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas Convenções Coletivas de Trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Empresa: _____.

CNPJ: _____.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fis. _____

Assinatura

ANEXO VII – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

MODELO DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Ao
SAAE de Santa Cruz
Ref. Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas da lei e para fins do disposto no Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação no referido processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Empresa: _____.

CNPJ: _____.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura

ANEXO VIII – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

**MODELO DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA
DE EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRANTE OU FORÇADO**

Ao
SAAE de Santa Cruz
Ref. Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas da lei e para fins do disposto no Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, que não possuímos em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do Art. 1º e no inciso III, do Art. 5º, da Constituição Federal.

Empresa: _____.

CNPJ: _____.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura

ANEXO IX – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA FINS DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADOS (PARA O CASO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADOS)

Ao
SAAE de Santa Cruz
Ref. Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.

DECLARAÇÃO

Na condição de ME/EPP/Equiparado, declaramos para fins do disposto no § 2º, do Art. 4º, da Lei nº 14.133/2021, bem como em atendimento ao Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, que no ano-calendário de realização da referida licitação ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparado, de forma que fazemos jus a obtenção dos benefícios que se referem os Arts. 42 a 49, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Empresa: _____.

CNPJ: _____.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fis. _____

Assinatura

ANEXO X – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

**MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO
DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS**

Ao
SAAE de Santa Cruz
Ref. Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.
.

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas da lei e para fins do disposto no Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, que tomamos conhecimento pleno de todas as informações e das condições locais visando o cumprimento das obrigações relativas ao objeto da evidenciada licitação, cientes de não poder alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato.

Empresa: _____.

CNPJ: _____.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

ANEXO XI – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E CONFORMIDADE ÀS NORMAS ANTICORRUPÇÃO

Ao
SAAE de Santa Cruz
Ref. Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por meio de seu representante legal infra-assinado, declara, na melhor forma de direito, ter conhecimento e estar em conformidade com o inteiro teor da Lei nº 12.846/2013 – “Lei anticorrupção” e de Leis correlatas, e de que todos e quaisquer atos praticados pelos sócios, administradores, empregados, prepostos e/ou subcontratados, e terceiros envolvidos, direta ou indiretamente, no exercício das atividades, são de responsabilidade da Declarante, não sendo a Prefeitura Municipal de Santa Cruz, em hipótese alguma, corresponsável por tais ações, a qualquer título ou tempo.

Declara ter lido e compreendido o Edital da Licitação – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026, e assume o compromisso de cumpri-lo e respeitá-lo em todas as atividades relacionadas ao seu objeto, zelando por sua plena aplicação, sob pena de responsabilização civil e criminal por eventual descumprimento de suas cláusulas.

Outrossim, declara ter conhecimento do inteiro teor das Leis a seguir elencadas, bem como das sanções e penalidades aplicadas, no caso de crimes e atos lesivos contra a Administração Pública, além de outras leis extravagantes e crimes previstos no Código Penal: contra a Fazenda Pública – tributários ou fiscais, entre os quais deve ser incluído o de apropriação indébita das contribuições previdenciárias (Lei 8.137/90); contra as relações de consumo e de trabalho (Lei 8.137/90); contra o meio ambiente (Lei 9.605/98); contra a ordem econômica (Lei 8.984/94); contra o sistema financeiro (Lei 7.492/86); falimentares (Lei 11.101/05); contra a propriedade industrial (Lei 9.279/96); prevenção à “lavagem de dinheiro” (Lei no 9.613/98); e outros previstos no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940), notadamente crimes contra a Administração Pública, tais como corrupção ativa, tráfico de influência, exploração de prestígio e os atinentes à Administração Pública, dentre outros.

Assevera que tem conhecimento de que a SAAE de Santa Cruz poderá tomar todas as medidas legais pertinentes, de modo que toda e qualquer comunicação recebida por esta instituição referente às condutas ilegais praticadas poderão ser prontamente noticiadas às autoridades competentes, a fim de que sejam aplicadas as sanções cabíveis.

Declara que os sócios, administradores, empregados, prepostos e/ou subcontratados, e terceiros envolvidos, direta ou indiretamente, no exercício das atividades da Declarante, não praticaram quaisquer atos de corrupção ou estejam sofrendo qualquer procedimento administrativo ou judicial pela prática de atos de corrupção, quer sob a égide da Lei Anticorrupção, Código Penal e/ou correlatas, mas não se limitando a estas, assim definidas em conjunto como “Leis Anticorrupção”, nos termos deste Anexo.

Por serem verdadeiras as declarações supra, assino o presente Instrumento, para que surta os efeitos jurídicos e legais.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura

ANEXO XII – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

MODELO DA DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MÃO DE OBRA INFANTIL

Ao
SAAE de Santa Cruz
Ref. Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.

DECLARAÇÃO

Declaramos para fins do disposto no Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como em atendimento ao estabelecido no Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz (___).

OBS: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Empresa: _____.

CNPJ: _____.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

ANEXO XIII – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

TERMO DE CONTRATO Nº ____ / ____ – MINUTA

Pelo presente instrumento de contrato, sendo de um lado como **CONTRATANTE**, o SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município De Santa Cruz, inscrito no CNPJ sob o nº 08.520.389/0001-08, com sede à Avenida Rio Branco, nº 609, Centro, Santa Cruz/RN, aqui representado pelo Sr. Diretor Gilvan Pontes da Silva, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município, e do outro lado como **CONTRATADA**, _____, no final assinados, ficam contratados de acordo com a Lei Federal nº 14.433/2021, conforme especificações a seguir:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO:

O presente instrumento tem como objetivo o fornecimento de _____, em conformidade com a Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 e “Proposta de Preços” apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA 2ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

O presente Contrato será executado sob o regime de execução indireta.

CLÁUSULA 3ª – DO MODELO DE GESTÃO E DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

Os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência anexo do Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, sendo parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA 4ª – DO PREÇO:

Pela execução deste Contrato será paga a importância global de R\$ _____ (_____), conforme itens, quantidades e preços unitários especificados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	P. Unit. (R\$)	Total do Item (R\$)
1					
2	...	...	...	...	...

CLÁUSULA 5ª – DO FATURAMENTO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E DA PENALIDADE PELO ATRASO DE PAGAMENTO:

Os pagamentos pela execução contratual serão realizados em conformidade com as seguintes disposições:

- O faturamento das despesas será realizado conforme especificação constante na Ordem de Compra/Serviço, devendo ser em nome do SAAE de Santa Cruz/RN, inscrito no CNPJ sob nº 08.520.389/0001-08, com endereço à Av. Rio Branco, 609, Centro – Santa Cruz/RN;
- O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo do Setor de Compras Municipal, acompanhada das certidões negativas de débitos referentes à Regularidade Fiscal e Trabalhista legalmente exigíveis;
- As notas fiscais/faturas devem ser encaminhadas na forma da alínea “b” acima, mediante protocolo de solicitação de cobrança, e quando apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA, de forma que o seu vencimento ocorrerá após a data de sua reapresentação válida para as correções solicitadas, não respondendo o CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;
- O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA;
- Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da execução e aceitação do produto, este não estiver em perfeitas condições no que tange a qualidade do material fornecido, bem assim de acordo com as especificações estipuladas no Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026;
- Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando a CONTRATADA for notificada para sanar as ocorrências relativas à execução do celebrado ou a documentação apresentada, a respectiva



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura

cobrança perante o CONTRATANTE será tornada sem efeito, com a consequente exclusão da lista classificatória de credores;

g) O fornecedor será reposicionado na lista classificatória a partir da regularização das falhas e/ou, caso seja necessário, da emissão de novo documento fiscal, momento em que será reiniciada a contagem dos prazos de liquidação e pagamentos oponíveis à CONTRATADA;

h) As despesas referentes ao objeto correrão à conta dos recursos do orçamento geral do Município vigente à época da avença e especificadas as dotações orçamentárias descritas nas autorizações de serviço/compra emitidas;

i) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (atualização monetária) devida pelo CONTRATANTE, será calculada mediante a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança;

j) O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, decorrente dos serviços e/ou produtos recebidos, constitui motivo para extinção deste contrato, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

k) O atraso injustificado na execução sujeita a CONTRATADA às sanções contratuais cabíveis previstas no Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 e neste contrato;

l) As demais cláusulas são aquelas previstas neste contrato e no Termo de Referência anexo ao Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026;

m) Os preços contratuais serão reajustados e atualizados na forma do disposto neste contrato; e

n) Os pagamentos também deverão observar as disposições constantes no “Capítulo X – Dos Pagamentos” da Lei nº 14.133/2021, no que couber.

CLÁUSULA 6ª – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

I – O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

a) Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

a.1) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos; e

a.2) Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pelo Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

b) Por acordo entre as partes, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial deste Contrato, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução contratual tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida.

II – Nas alterações unilaterais a que se refere a alínea “a.2” acima, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.

III – As alterações unilaterais a que se refere a alínea “a.1” acima, não poderão transfigurar o objeto da presente contratação.

IV – Caso haja alteração unilateral deste Contrato que aumente ou diminua os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

V – A extinção deste Contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

VI – A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela CONTRATADA, das prestações determinadas pelo CONTRATANTE no curso da execução deste Contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura

VII – Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

VIII – Registros que não caracterizam alteração deste Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- a) Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos neste Contrato;
- b) Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas neste Contrato;
- c) Alterações na razão ou na denominação social da CONTRATADA; e
- d) Empenho de dotações orçamentárias.

IX – O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 15 (quinze) dias, contados do efetivo recebimento.

CLÁUSULA 7ª – DO REAJUSTE:

I – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

II – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice “IGP-M”, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

III – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

IV – No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

V – Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

VI – Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

VII – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

VIII – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA 8ª – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

São condições de execução do presente Contrato:

- a) Os produtos deverão ser fornecidos em conformidade com as condições e prazos estabelecidas no Termo de Referência anexo ao Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026;
- b) Os produtos serão entregues de forma parcelada, cujas quantidades serão solicitadas conforme a solicitação ou a ordem formal de compra a serem emitidas de acordo com a necessidade do setor ou Secretaria solicitante, não havendo estipulação de consumação mínima ou máxima, sendo OBRIGAÇÃO do fornecedor efetuar a entrega dos produtos solicitados rigorosamente no prazo e quantidades requeridas;
- c) Os produtos solicitados deverão ser entregues no Município de Santa Cruz/RN, na sede do órgão solicitante;
- d) Os produtos deverão apresentar prazo de validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, conforme o caso, a contar da data da efetiva entrega;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

- e) Os produtos deverão apresentar prazo de garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data da efetiva entrega, conforme o caso;
- f) Os produtos deverão estar em estrita conformidade com as normas definidas pelo INMETRO e/ou ABNT, conforme o caso;
- g) As mercadorias ainda não fornecidas não gerarão obrigação de pagamento ao fornecedor, inclusive quanto a sua guarda;
- h) As embalagens dos produtos deverão conter as respectivas especificações técnicas, informações do fabricante, apresentar dados de identificação do produto, procedência, data de fabricação, prazo de validade, conforme o caso;
- i) Os produtos deverão estar estritamente de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência anexo do Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026;
- j) Sendo constatado o fornecimento de produtos de qualidade duvidosa e que não atendam aos critérios de aceitação do CONTRATANTE, o fornecedor, após notificado, providenciará a regularização necessária em até 48 (quarenta e oito) horas; e
- k) Caso haja atraso na entrega dos produtos, o fornecedor será notificado, devendo promover a devida regularização em até 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA 9ª – DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

I – Os bens/produtos serão recebidos, conforme o caso:

- a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais; e
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

II – O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com este Contrato, bem como com as especificações constantes no Termo de Referência anexo do Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.

III – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da execução do objeto, nos limites estabelecidos pela lei ou por este Contrato.

IV – O recebimento provisório se dará a partir da entrega do bem/produto, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência anexo do Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.

V – O recebimento definitivo se dará após a verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência anexo do Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, e sua consequente aceitação, que se dará em até 5 (cinco) dias do recebimento provisório.

VI – Na hipótese de a verificação a que se refere o inciso anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia seguinte do esgotamento do prazo.

CLÁUSULA 10 – DA VIGÊNCIA:

A vigência do presente Contrato se inicia em sua assinatura, com término em _____ (_____) meses.

CLÁUSULA 11 – DA FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização deste Contrato ocorrerá da seguinte forma:

- a) Estão devidamente designados pela autoridade competente do CONTRATANTE o(a) Senhor(a) _____ na função de “Gestor do Contrato” e o(a) Senhor(a) _____ na função de “Fiscal do Contrato”, nos termos do Art. 117 da Lei nº 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

- b) O Fiscal do Contrato terá o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as cláusulas deste Contrato e especificações contidas no Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026;
- c) Caberá ao Gestor do Contrato, e ao seu substituto nas hipóteses de seu afastamento e/ou impedimento legal, o cumprimento das atribuições previstas no Capítulo XXII do Decreto Municipal nº 2060/2023; e
- d) Caberá ao Fiscal de Contrato, e ao seu substituto nas hipóteses de seu afastamento e/ou impedimento legal, o cumprimento das atribuições previstas no Capítulo XXIII do Decreto Municipal nº 2060/2023.

CLÁUSULA 12 – DAS PENALIDADES E MULTAS:

A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da execução deste Contrato é aquela prevista no Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, bem como na Lei Federal 14.133/2021, no que couber.

CLÁUSULA 13 – DOS CUSTOS OPERACIONAIS:

Já estão inclusos nos preços contratados os custos operacionais incidentes na realização do objeto, tais como: despesas com funcionários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, locação e/ou depreciação de equipamentos, impostos, taxas, fretes, seguros e qualquer outro que incida na execução contratual.

CLÁUSULA 14 – DAS OBRIGAÇÕES:

Do CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este Contrato;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência anexo do Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026;
- c) Repassar toda e qualquer informação e/ou esclarecimento essenciais à execução do objeto;
- d) Receber provisoriamente os bens/produtos, disponibilizando local adequado;
- e) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste termo, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, através de servidor especialmente designado (Fiscal do Contrato);
- g) Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, através do Fiscal do Contrato, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- h) Notificar formalmente a CONTRATADA quando forem constatados inadimplementos contratuais, para que este, dentro do prazo determinado, promova a solução do problema;
- i) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- j) Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- k) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- l) Responder, no prazo máximo estabelecido neste Contrato, eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA;
- m) Comunicar o fornecedor qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Contrato;
- n) Comunicar à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que seja pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia acerca da execução quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o Art. 143 da Lei nº 14.133/2021, o qual autoriza expressamente que não seja paga a parcela do objeto executada em desconformidade com o previsto;
- o) Aplicar ao fornecedor sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do objeto, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021; e



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura

p) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

Da CONTRATADA:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, bem como no Termo de Referência anexo do Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Arcar com todas as despesas de pagamentos de seguros, tributos, fretes, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária e criminal, acaso devidos em decorrência da execução do objeto;
- c) Assumir inteira responsabilidade administrativa, penal e criminal por quaisquer danos, materiais ou pessoais, causados a terceiros, acaso devida em decorrência da execução do objeto;
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- e) Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal ou Gestor deste Contrato ou autoridade superior, nos termos do Art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- g) Manter, durante o prazo de execução do objeto, todas as exigências de habilitação e qualificação legalmente exigidas para a contratação;
- h) Efetuar a entrega dos bens/produtos em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pelo CONTRATANTE, em estrita observância das especificações do Termo de Referência anexo do Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, acompanhado da respectiva Nota Fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia e/ou validade, conforme o caso;
- i) Promover a entrega dos bens/produtos devidamente acompanhados do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme o caso;
- j) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os Arts. 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), conforme o caso;
- k) Atender prontamente a quaisquer exigências do CONTRATANTE inerentes à manutenção da regular execução do objeto;
- l) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- m) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;
- n) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- o) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- p) Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- q) Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- r) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (Art. 116 da Lei nº 14.133/2021; e



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

s) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Contrato.

CLÁUSULA 15 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:

As despesas para atender à presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no OGM – Orçamento Geral do Município para o presente exercício e exercícios subsequentes, a seguir especificada:

- a) Elemento orçamentário “3.3.90.30 – Material de Consumo”; e
- b) Recursos do Ordinários.

CLÁUSULA 16 – DO PROCESSO LICITATÓRIO:

A presente contratação é oriunda da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, homologada em _____ de _____ de _____, em consonância com a Lei Federal nº 14.433/2021.

CLÁUSULA 17 – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

Nos termos dos Art. 107 da Lei 14.133/2021, a vigência do presente Contrato poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja a comprovação, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA 18 – DO LIVRE ACESSO:

A CONTRATADA fica obrigada a permitir, a qualquer tempo, o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e/ou externo, aos seus documentos e registros contábeis, bem como a todos os documentos e/ou informações relativas e apresentadas na Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.

CLÁUSULA 19 – DA EXTINÇÃO:

I – Constituirão motivos para extinção do presente Contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos, conforme o caso;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução contratual ou por autoridade superior;
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução contratual;
- f) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; e
- g) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

II – A CONTRATADA terá direito à extinção deste Contrato nas seguintes hipóteses:

- a) Supressão, por parte do CONTRATANTE que acarrete modificação do valor inicial contratado além do limite permitido no Art. 125 da Lei 14.133/2021;
- b) Suspensão da execução deste Contrato, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas; e
- d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pelo CONTRATANTE.

III – As hipóteses de extinção a que se referem as alíneas “b”, “c” e “d” do inciso II acima, observarão as seguintes disposições, conforme o caso:

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a CONTRATADA tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fls. _____

Assinatura _____

b) Assegurarão à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do caput do Art. 124 da Lei 14.133/2021; e

c) Os emitentes das garantias previstas no Art. 96 da Lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

IV – A extinção deste Contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do CONTRATANTE; e

c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

V – A extinção determinada por ato unilateral do CONTRATANTE e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

VI – Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do CONTRATANTE, a CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

a) Devolução garantia, se houver;

b) Pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data de extinção; e

c) Pagamento do custo da desmobilização, se houver.

CLÁUSULA 20 – DA SUBCONTRATAÇÃO:

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA 21 – DA VINCULAÇÃO À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

Aplica-se à presente contratação as normas da Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto aos casos omissos.

CLÁUSULA 22 – DO FORO:

Fica eleito para dirimir as questões ou dúvidas provenientes deste termo, o Foro da Comarca do Município de Santa Cruz/RN.

E por estarem justos e contratados, mandou-se lavrar o presente termo, em 03 (três) vias, para que surtam os efeitos legais e jurídicos.

Santa Cruz/RN, em _____ de _____ de _____.

Gilvan Pontes da Silva
Pelo Contratante

Pela Contratada

Testemunhas:

1. _____ Documento: _____

2. _____ Documento: _____